

# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

## PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

### DIRETORIA LEGISLATIVA

#### **Sessão Ordinária do dia 18 de maio de 2022 - Ata n.º 44.**

Aos dezoito dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, às nove horas e trinta minutos, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.<sup>s</sup> Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.<sup>º</sup> Secretário) e **Gilson de Souza** (2.<sup>º</sup> Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **44.<sup>a</sup> Sessão Ordinária da 4.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 19.<sup>a</sup> Legislatura.**

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta quarta-feira. Solicito ao Sr. 2.<sup>º</sup> Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

**SR. 2.<sup>º</sup> SECRETÁRIO (Deputado Gilson de Souza – PL):** Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.<sup>º</sup> 43, de 17 de maio de 2022.) Era isso o que continha a Ata, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.<sup>s</sup> Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o 1.<sup>º</sup> Secretário se há Expediente a ser lido.

**SR. 1.<sup>º</sup> SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** Não.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Como não há Expediente a ser lido, registro a presença na Casa da visita dos acadêmicos do curso de Direito do Centro Universitário UniSantaCruz, acompanhados pelo Pró-Reitor Administrativo, Sr. Adriano Goedert, pelo Coordenador do Curso de Direito, Sr. Marlon Cordeiro, e pelo Professor Gustavo Pierri. Sejam aqui bem-vindos, bem como os líderes que estão aqui neste dia, representando a Aproserra.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Senhor Presidente, *pela ordem.*

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** *Pela ordem,* Deputado Tadeu.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Senhor Presidente, o senhor já fez a referência às pessoas que estão aqui da Aproserra. Só para fazer o convite aos Deputados que quiserem participar e puderem, a Comissão de Direitos Humanos após ou durante a Sessão, não sabemos até que horas vai a Sessão, mas por volta de 11 horas temos uma reunião com as pessoas da Aproserra. Já falei ao senhor e falei também ao Dr. Olympio que aqui está representando os Direitos Humanos do Ministério Público, e também o André Giamberardino da Defensoria Pública, porque estamos com uma situação muito grave na Serra da Esperança. É que onde grupos que se dizem profissionais de Segurança Pública estão buscando desalojar essas pessoas que estão aqui, e alguns lá mais de 70 anos. Por isso depois, por volta de 11 horas, teremos uma reunião com eles e os Deputados que puderem, a Comissão de Direitos Humanos estará fazendo aqui na Sala das Comissões. Obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Por solicitação do Deputado Luiz Claudio Romanelli, 1.º Secretário desta Casa, o Grande Expediente, parte dele será destinado para ouvirmos o pronunciamento da Dr.<sup>a</sup> Jeniffer Beltramin Scheffer, Presidente da Adepar, Associação de Defensoras Públicas e Defensores Públicos do Estado do Paraná, e do Dr. André Ribeiro Giamberardino, Procurador-Geral da Defensoria Pública, em comemoração ao *Dia da Defensora e do Defensor Público*, celebrado no dia 19 de maio. Faremos em

dois tempos. Neste primeiro momento, os 15 minutos, esta fala pela homenagem ao Dia do Defensor e Defensora, e no segundo momento também o Deputado Gilson usará a palavra para falar sobre o combate à pedofilia, na companhia do Dr. Olympio de Sá Sotto Maior. Concedo a palavra neste momento ao Deputado Romanelli.

**GRANDE EXPEDIENTE:** Usaram da palavra o Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli; Dr.<sup>a</sup> Jeniffer Beltramin Scheffer; e Dr. André Ribeiro Giamberardino.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD):** Senhor Presidente, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, Sr.<sup>s</sup> Deputados. Senhor Presidente, o senhor me permite, falarei aqui sentado da posição de 1.<sup>º</sup> Secretário mesmo. Senhor Presidente, hoje estamos realizando esta Sessão com a presença do nosso Defensor Público Geral do Estado do Paraná, o Dr. André Giamberardino e da Dr.<sup>a</sup> Olenca Lins e Silva, Subdefensora-Geral Pública do Estado do Paraná; e também destacando aqui a presença da Dr.<sup>a</sup> Jeniffer Beltramin Scheffer, Presidente da Adepar, Associação dos Defensores Públicos do Estado do Paraná, uma entidade sempre muito atuante. Os demais aqui, também, sintam-se nominados por mim aqui por economia processual. Mas, Sr. Presidente, nesses 11 anos de existência, a Defensoria Pública confirma que é uma instituição fundamental para a sociedade, esse serviço chegou relativamente tarde ao Paraná. Foi graças à decisão do Ex-Governador Beto Richa que foi criada a Defensoria Pública em nosso Estado e desta Casa de Leis aqui, a Assembleia Legislativa, que teve uma participação sempre muito atuante. De qualquer forma, desde a sua instalação, fincou raízes fortes que lhe dão plena sustentação. Tenho tido, durante esse período, muito orgulho de poder contribuir para a evolução da Defensoria. É uma grande honra trabalhar pela valorização e pelo fortalecimento da Defensoria Pública do Paraná. São 11 anos de muita luta. A primeira batalha, como disse, ia ser vencida, foi a própria criação da Defensoria Pública do Estado, sempre destacando o papel relevante da Dr.<sup>a</sup> Josiane Lupion e da Ex-Secretária Maria Tereza Uille Gomes, que era Secretária da Justiça e que foi incumbida pelo Governador Beto Richa de poder efetivamente fazer os estudos e tomar as providências necessárias. Era

Líder do Governo nesta Casa aqui o Deputado Ademar Luiz Traiano. Na verdade, lembro-me bem, à época, a concentração foi para convocação de servidores, ampliação do orçamento, melhorias na infraestrutura, criação de núcleos no interior e, até recentemente, quando criamos aqui na Assembleia um Núcleo da Defensoria Pública, que tem sido aqui a nossa *cereja do bolo*, se me permitam dizer assim, porque tem sido um sucesso a Defensoria Pública aqui na Casa. O motivo desse apoio é a certeza da importância do papel da Defensoria Pública para o Paraná, para a defesa da democracia e da cidadania, porque a Defensoria sempre tem estado muito atuante em todas as ações que envolvam os direitos do cidadão, da dignidade, que são princípios fundantes da nossa Carta Magna. Olha, uma das grandes conquistas foi a articulação junto ao Tribunal de Justiça do Paraná, e sempre serei eternamente grato ao Presidente Desembargador Renato Bettega, que permitiu o repasse ao Fundo da Defensoria Pública dos 5% das custas e emolumentos dos cartórios do foro extrajudicial. Essa medida deu um novo fôlego ao fundo a partir de 2018. Essa medida foi fruto de diálogo e do consenso construído pela Assembleia Legislativa com o Tribunal de Justiça e destaco também com o Governo do Estado e a Defensoria. E aí o papel do nosso querido Dr. Eduardo Abraão, que agiu sempre muito de forma proativa para essa conquista. Esse aporte faz justiça ao relevante trabalho que vem sendo desempenhado por defensoras e defensores, que já trabalharam em mais de 1 milhão e 400 mil processos. Só no ano passado, a Defensoria atuou em 294 mil processos judiciais no Estado. Como advogado, sei da função essencial da Defensoria no Estado Democrático de Direito, para fazer valer o ordenamento jurídico e para assegurar que as pessoas que mais necessitam do Estado tenham um suporte jurídico adequado. A Defensoria é um instrumento imprescindível para que os direitos de todos sejam garantidos e para que a Justiça esteja acessível para todos os cidadãos. A nossa jovem Defensoria chega aos 11 anos com uma bela história de conquistas, mas todos sabemos que há espaço para fazer mais, ampliar os serviços para todas as regiões e fortalecer as estruturas existentes. A missão que assumimos, em parceria com defensoras e defensores, é assegurar um atendimento jurídico gratuito e de qualidade a quem mais precisa. Não posso

aqui, para não cometer um equívoco, deixar de citar, até pela presença nesta Mesa aqui, o Dr. Olympio, Procurador de Justiça, Dr. Olympio de Sá Sotto Maior, que tem um papel sempre relevante na defesa dos direitos humanos e sempre foi um apoiador da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Foram inúmeras vezes que ele, obviamente, acionou-me para que encontrássemos soluções conjuntas sempre, não é, Dr. Olympio, nas boas causas. Por isso, minha gente, minha convicção é de que esses primeiros 11 anos de existência da Defensoria Pública representam apenas o início de uma história de sucesso e que será longa e duradoura. A Defensoria representa aquilo que entendo como a lógica do interesse público: é o Estado a serviço do cidadão. Podem contar comigo nessa trajetória e desejo, Dr. André Giamberardino, que esse diálogo que a Defensoria tem com a sociedade como um todo e todo papel de articulação institucional possam resultar que as metas que estão sendo propostas possam ser atingidas. E aqui nesta Casa de Leis, queria dizer a todas as Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Parlamentares, se tem uma instituição que todos aqui cuidamos, nesses últimos anos, foi a Assembleia Legislativa cuidar da Defensoria Pública, cuidar no sentido de poder fazer com que tivesse suporte político e, ao mesmo tempo, que a Defensoria pudesse cada vez mais ter uma estrutura que institucionalmente pudesse atender à cidadania. Por isso, quero cumprimentar todas as Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Parlamentares pelo apoio que sempre deram à Defensoria Pública do Estado do Paraná. Por isso, comemoramos esses 11 anos e viva a Defensoria Pública do Paraná! (Aplausos.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Esta Presidência registra a presença na Casa também da Dr.<sup>a</sup> Vania Maria Forlin Sesto, Defensora Pública do Paraná aposentada; da Dr.<sup>a</sup> Olenka Lins e Silva Martins Rocha, primeira Subdefensora-Geral do Estado do Paraná; do Sr. Diego Dreyer da Silva, Assessor de Comunicação da Adepar; do Dr. Lucas Echeverria, Diretor do Departamento de Justiça e Cidadania; da Sr.<sup>a</sup> Natália Vasconcelos, representante e fundadora do movimento Social de Justiça Relevante. Sejam todos bem-vindos! Neste momento, tenho a honra de conceder a palavra à Dr.<sup>a</sup> Jeniffer Beltramin Scheffer.

**DR.<sup>A</sup> JENIFFER BELTRAMIN SCHEFFER:** Bom dia a todos e a todas aqui presentes! Bom dia aos Deputados Estaduais que nos prestigiam, à população do Estado do Paraná que nos assiste pelo *YouTube* e que está aqui nesta Casa Legislativa. Meu nome é Jeniffer Betramin Scheffer, sou Defensora Pública desde 2016 e hoje estou aqui, com muito orgulho, representando as defensoras e os defensores públicos do Estado, na qualidade de Presidente da nossa Associação de Classe, função, aliás, sempre ocupada por mulheres, desde a sua criação em 2012. Hoje, senhoras e senhores, reunimo-nos aqui não só para homenagear o trabalho de defensoras e defensores públicos do nosso Estado, em alusão ao dia 19 de maio, mas também para lembrar a importância da valorização desse trabalho tão essencial à sociedade, tão prazeroso individualmente, tão grandioso coletivamente e, por muitas vezes, também, árduo e penoso, que é o trabalho de defensorar. Vimos o vídeo da Defensoria Pública da Campanha Nacional e a campanha este ano é: *Onde há defensoria, há justiça e cidadania*. E essa é uma campanha muito importante e simbólica. Estamos saindo de tempos muito tristes para a história do País, com uma quantidade imensa de vidas perdidas em razão de uma pandemia global. São mães, pais, filhos, amigos, parentes que acabaram falecendo, e aqueles que sobreviveram carregam a dor da perda de seus amores e de seus entes queridos. E nesse cenário de crise e dor, não há dúvida de que quem mais sofre são as pessoas mais socialmente vulneráveis. Nunca foi tão importante preservar e garantir ao povo a sua cidadania, e a cidadania de um povo se garante e se conquista com direitos. A palavra cidadania vem do latim *civitas*, que significa conjunto de direitos atribuídos ao cidadão. Cidadania é tudo aquilo que faz de uma pessoa um cidadão integrante pleno de um Estado, um sujeito de direitos e deveres. Infelizmente, apesar de se sujeitar muitas vezes a deveres, o cidadão brasileiro nem sempre recebe em contrapartida a efetivação dos seus direitos constitucionais previstos. Em um Brasil ideal, todo sujeito deveria poder exercer a sua cidadania sem precisar reivindicar dela, mas, na realidade, não é isso que acontece, muitas e muitas vezes acaba se tornando necessário recorrer ao Poder Judiciário para que intervenha no caso, garantindo direitos como medida de Justiça. Mas, como garantir o acesso à Justiça à população mais

carente de um País? A resposta está na Constituição Federal, que acolheu a Defensoria Pública como modelo de assistência jurídica de forma integral e gratuita. Assim, Defensoras e Defensores Públicos não só postulam na Justiça a manutenção da conquista de um direito de um cidadão ou de uma cidadã, Defensoras e Defensores Públicos atuam também ajudando na construção de políticas públicas efetivas de garantias de direito; atuam provocando entes públicos a implementarem direitos garantidos em lei; atuam por meio de ações coletivas que garantem direitos a uma gama imensa de pessoas, principalmente pelos Núcleos das Defensorias, evitando, assim, a judicialização de inúmeras ações judiciais; atuam conciliando, mediando tanto na atividade diária quanto nos mutirões organizados pela Defensoria Pública, pelos Núcleos e pelas sedes; assim, atuam também nas redes de proteção das mulheres, das crianças, dos indígenas e quilombolas, dos grupos mais vulneráveis da sociedade. Assim, defensorar não é só entrar com uma ação judicial, mas também e principalmente é uma ação de transformação social profunda, urgente e necessária, garantindo aos hipossuficientes, tanto econômicos quanto organizacionais, a sua plena cidadania. E é por isso que a população paranaense merece uma Defensoria Pública cada vez mais forte e sólida; é por isso que precisa de uma ouvidoria externa independente e forte; é por isso que a população paranaense merece cada vez mais Defensores Públicos e Defensoras Públicas concursadas, capacitadas e inspiradas para correr atrás daquilo que lhes é de direito; é por isso que nós, Defensoras e Defensores Públicos, precisamos do apoio dos legisladores paranaenses, para crescemos, aumentarmos em número e tamanho e conseguirmos entregar à população paranaense a prestação deste serviço público essencial à concretização da sua plena cidadania. Obrigada a todos pelos minutos de atenção. Obrigada à nossa Ouvidora-Geral Carolina Nascimento. Obrigada por exercer esse papel de interlocução com a sociedade civil. Obrigada Alep, na pessoa de seu Presidente, por ceder este espaço tão precioso para nos ouvir e nos prestigiar. Neste momento, passo a palavra ao nosso Defensor Público-Geral, André Giamberardino, meu colega.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Com a palavra o Dr. André, Defensor Público.

**DR. ANDRÉ GIAMBERARDINO:** Bom dia, Ex.<sup>mos</sup> Sr.<sup>s</sup> Deputados e Deputadas Estaduais do nosso Estado. Cumprimento o Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, o Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, em nome de quem gostaria de cumprimentar todos os Ex.<sup>mos</sup> Deputados e Deputadas do nosso Estado aqui presentes. Cumprimento os Defensores e as Defensoras aqui presentes, os servidores, estagiários e colaboradores. Pensando no que diria neste breve e honroso espaço no dia de hoje, nesta semana em que comemoramos 11 anos da nossa instituição, da criação da Defensoria no Paraná, ontem e anteontem dirigi-me à leitura de trechos dos anais da Assembleia Constituinte, na década de 80, especialmente da subcomissão que discutiu o Poder Judiciário e o sistema de justiça, o que é possível graças à ferramenta do Ctrl+F, evidentemente! Entre acalorados debates sobre o desenho institucional que haveria de ter a Defensoria brasileira, questões que muitas vezes ainda vêm à tona, as falas dos Deputados Constituintes são muito marcantes e muito fortes no sentido de que explicitam a grande aposta que foi a Defensoria Pública dentro da nova república, da nova democracia que se buscava criar naquele momento, 30 anos atrás. Enfatizou-se como a Defensoria estaria no programa de todos os partidos políticos da nova democracia, ainda que alinhados em posições distintas; enfatizou-se, sobretudo, o seu caráter de necessidade social. De um lado, por exemplo, afirmou um Deputado Constituinte: *Não pode haver duas justiças, uma para o rico e outra para o pobre.* De outro, destacou-se: *Uma instituição só é legítima quando nasce de uma necessidade social. E ao Defensor Público cabe a defesa dos interesses da grande maioria do povo brasileiro, tanto do campo quanto da cidade, necessário para concretizar uma justiça voltada para todo o País, para todos os segmentos da nossa população.* O sonho constituinte, portanto, de uma nova república, democrática, social, o sonho da Carta Cidadã, que é o sonho de um país que seja finalmente de todos, é o mesmíssimo sonho de uma Defensoria forte e acessível a quem mais precisa, pois se os direitos estão apenas no papel, eles não existem; se os Tribunais têm as portas fechadas aos pobres, como se dizia na antiga

Roma, não há Justiça de verdade. Acesso à Justiça, como disse o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, em uma bela mensagem de vídeo que nos foi enviada ontem, é exatamente o direito a ter direitos. Nesse contexto, também cumprimento e cito a importância do Ministério Público do Estado na pessoa do Procurador Olympio de Sotto Maior, um grande apoiador e parceiro também da luta por direitos humanos e da Defensoria no nosso Estado. Passamos ao momento em que nos cabe mais tanto lamentar ter sido a Defensoria paranaense uma das últimas a ser criada, 23 anos após a promulgação da Constituição, ou mesmo o fato de ela hoje ainda atender apenas a 12% das nossas... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Pois não, som para o orador.

**DR. ANDRÉ GIAMBERARDINO:** Cabe-nos, sim, comemorar que ela existe, que é o que fazemos hoje, celebrar o seu crescimento, defender o seu crescimento e a sua expansão, um gasto público com tanto retorno social em termos de serviço público e atendimento às pessoas mais vulneráveis que poderia até ser classificado como investimento. Cabe-nos, sobretudo, agradecer o apoio desta Assembleia Legislativa em todos esses anos, o apoio decisivo para a consolidação da Defensoria como um orgulho cada vez maior do nosso povo do Estado do Paraná. Nesses seis primeiros meses de gestão, realizamos quase 20 mutirões de atendimento jurídico, inclusive dentro desta Assembleia, quatro Audiências Públicas ouvindo todas as regiões do Estado, firmamos acordo de cooperação com o PNUD Brasil para a implementação da Agenda 2030 na política pública de acesso à Justiça, estamos propondo a esta Casa a análise de um Projeto de Lei Complementar que reorganiza toda a lógica de atendimento, criando Núcleos Regionais para interiorizar a Defensoria e a Central de Relacionamento com o Cidadão, visando melhorar e modernizar o atendimento público. Concluindo, a Defensoria é um direito do povo, é uma instituição feita por pessoas, mas pelas pessoas. Em tempos de escassez e cobertores curtos, é isso que gostaríamos de lembrar! É uma instituição feita por pessoas que dedicam

integralmente o seu tempo profissional ao ofício de estender a mão a quem mais precisa. Por isso comemoramos e por isso lutamos para fazer cada vez mais pelo povo do Paraná. Muito obrigado a esta Assembleia Legislativa, à Adepar e as nossas mais afetuosa saudações aos Sr.<sup>s</sup> Deputados e Deputadas. Bom dia. (Aplausos.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Vamos à segunda etapa. Por solicitação do Deputado Gilson ouviremos, após o Deputado Gilson, o Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, Procurador responsável pelo Caop, Centro de Apoio Operacional da Criança, do Adolescente e da Educação, e a Escola Superior do Ministério Público do Paraná, em parceria com a Sejuf e a Assembleia Legislativa, apresentarão o lançamento da cartilha *Todos contra a Pedofilia*, em decorrência da lei de autoria do Deputado Gilson. O Deputado Gilson, neste momento, usará da palavra e na sequência o Dr. Olympio.

**GRANDE EXPEDIENTE:** Usaram da palavra o Sr. Deputado Gilson de Souza e o Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto.

**DEPUTADO GILSON DE SOUZA (PL):** Senhor Presidente, Sr.<sup>s</sup> Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, todos que nos acompanham neste momento e que ocupam também as galerias, os nossos convidados. Presidente Deputado Ademar Traiano e 1.<sup>º</sup> Secretário Deputado Luiz Claudio Romanelli, o que me traz à tribuna nesta manhã, Presidente, é chamar a atenção de toda a família paranaense para o combate à pedofilia e ao abuso sexual de crianças e adolescentes. Hoje, dia 18 de maio, é o *Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes* e esta data marca o encerramento da Semana Todos Contra a Pedofilia, mobilização que realizamos no Paraná entre os dias 13 a 18 de maio, que foi estabelecida em lei estadual no ano de 2013 e sobre essa lei lembro a todos que desde 2013 temos a *Semana Todos Contra a Pedofilia*. Trata-se de um movimento nacional, em que o nosso Estado teve início em Cascavel, por meio da iniciativa da Secretaria de Cidadania da Igreja do Evangelho Quadrangular do Paraná. Felizmente, pude apresentar, com o Deputado, Ex-Deputado Leonaldo

Paranhos, que hoje é Prefeito na cidade de Cascavel, esse projeto que é lei no nosso Estado do Paraná. Neste ano, essa luta conta com a parceria do Governador Carlos Massa Ratinho Junior, por meio da Sejuf, Secretaria da Justiça, Família e Trabalho. O Estado tem um programa chamado *Força-Tarefa Infância Segura*, conhecida como *Fortis* e envolve Secretarias Estaduais, o Judiciário, o Ministério Público e instituições da sociedade civil, para políticas integradas de proteção à criança e ao adolescente. Hoje, estamos também fazendo o lançamento de uma cartilha orientativa, uma cartilha que trata sobre esse tema pedofilia, violência sexual infantil. Nessa cartilha, consideramos de grande importância as famílias terem esse conhecimento a respeito desse mal que tem afetado as nossas crianças e as famílias. Temos também um fólder, que tem esse objetivo de levar também informações de utilidade pública, conhecimento às famílias, sobre o que é pedofilia. Convidamos nesta manhã o Doutor Olympio para fazer uso da palavra, Doutor Olympio de Sá Sotto Maior, Procurador responsável pelo Caop e também uma pessoa que atua muito forte na questão dos direitos humanos, também da criança e do adolescente. Também está conosco o Doutor Lucas Echeverria, deve ser isso, que representa neste ato o Secretário de Justiça, da Família e do Trabalho, Secretário Carboni. E está conosco também a Natália Vasconcelos, representante e fundadora do Movimento Social e da Justiça Relevante, pessoa responsável pelas ilustrações que compõem a cartilha desenvolvida, para ajudar nesse importante e necessário movimento de combate à pedofilia. Também temos esse cartaz, que estaremos afixando, já temos afixado em vários lugares, que trata a respeito desse tema. Incentivamos toda a população paranaense a denunciar casos de pedofilia. Pedofilia não é brincadeira. Denuncie! Então, nesse momento, convido o Doutor Olympio Sotto Maior para fazer o uso da palavra também, a quem agradeço imensamente pela sua presença. Que Deus possa abençoar e proteger todas as crianças e os adolescentes do nosso Estado do Paraná. Obrigado, Senhor Presidente. Obrigado, família paranaense que nos acompanha neste momento. (Aplausos.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Vamos ouvir agora o Doutor Olympio de Sá Sotto Maior Neto.

**DR. OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO:** Meus cumprimentos a todos e a todas que participam desse evento de cidadania na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Meus especiais cumprimentos ao Presidente Traiano, ao Secretário Romanelli e ao Deputado Gilson. Meus cumprimentos às Deputadas, aos Deputados Estaduais. Não posso deixar de dizer, Presidente, que sempre me emociono, quando venho a esta Casa, porque me vem à lembrança do meu pai Lélio Guimarães Sotto Maior e do meu irmão Severo Olympio Sotto Maior, que dedicaram a existência profissional a esta Casa do Povo. Tenho também que fazer o registro da feliz coincidência de vir aqui e neste momento a Casa receber a Defensoria Pública do Estado do Paraná, pelos seus 11 anos de funcionamento. Sou testemunho presencial da importância da Defensoria Pública do Estado do Paraná, a Defensora Jennifer, a Defensora Olenka, o Defensor Geral André. Tenho dito permanentemente que a Defensoria Pública do Estado do Paraná faz o espaço da justiça, um espaço de luta, para a implementação das promessas de cidadania, que já estão contempladas no ordenamento jurídico brasileiro, na nossa Constituição, não por acaso denominada de Constituição Cidadã, mas que se encontra ainda distante. Essas promessas se encontram ainda distantes de milhões de brasileiros, de milhões de paranaenses, que se socorrem também da Defensoria Pública, se socorrem do Ministério Público, mas também da Defensoria Pública, para verem implementados esses direitos, que são elementares à cidadania. Então, a coincidência de vir a esta Casa, em um momento tão significativo. Digo sempre que a Defensoria e o Ministério Público são coirmãos nesse propósito de democracia, de justiça. Então, é coirmão como é, Deputado Romanelli, o Coritiba e o Athletico, que nem o Coritiba e o Paraná Clube, Deputado Tadeu, onde se diz que são coirmãos. São coirmãos verdadeiros nessa mesma tarefa de busca de Justiça. Hoje, se comemora o Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Tenho sempre na minha mente e no meu coração a regra do art. 227 da Constituição Federal, que diz ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar às crianças e aos adolescentes, com absoluta prioridade, os direitos à vida, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, à educação, à profissionalização, ao

esporte, ao lazer, à cultura. Enfim, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, de discriminação, de exploração, de violência, de crueldade e opressão. Quando tratamos especificamente desse tema, estamos tratando de práticas criminosas que causam traumas irreversíveis, em crianças e adolescentes, que reforçam a condição de elas estarem à margem dos benefícios produzidos pela sociedade. Pensar em infância e juventude nos obriga, desde logo, pensarmos nos conselhos e nos direitos da criança e do adolescente. E nesse caso específico pensarmos também nos Conselhos Tutelares. Os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, diz o texto do Estatuto da Criança e do Adolescente, são espaços deliberativos acerca da política pertinente à infância e à juventude. Esses conselhos têm composição paritária entre representantes de órgãos públicos e em igual número de representantes de entidades da sociedade civil organizada. Eles respondem àquela proposta de democracia participativa, contida no art. 204, II, da Constituição Federal, no sentido da obrigatoriedade da participação da população, por meio das suas entidades representativas, na formulação das políticas e no controle das ações governamentais em todos os níveis. Digo da importância disso, porque são exatamente os conselhos, especialmente, os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e Adolescente, que devem fazer o diagnóstico da situação da infância, em cada localidade e a partir daí formular uma política consequente, levando em consideração a realidade de cada município, que se apresenta obviamente diferente uma de outra, e, por isso mesmo, necessita de uma política específica. Referi-me ao princípio da prioridade absoluta constitucional, que significa o que é mais importante, preferência na formulação e execução de políticas públicas e destinação privilegiada de recursos para a área da infância e do adolescente. Diria que não basta formular a melhor das políticas a favor das crianças e dos adolescentes, se não houver, Presidente, a destinação dos recursos necessários para a implementação dessas mesmas políticas. Aqui, no Paraná, a partir de um determinado momento, passamos a dizer que, enfim, respeitando as duas mais importantes bandeiras da infância e da juventude, a primeira é que lugar de criança é na família, que é a principal agência de socialização do ser humano, que

é o espaço de afeto necessário para o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes, que lugar de criança é na escola, Deputado Plauto, porque a escola é, segundo o texto constitucional, o espaço adequado para o desenvolvimento pessoal de capacitação ao trabalho e, principalmente, de preparo para o futuro exercício da cidadania. Mas aqui passamos a dizer também que lugar de criança é nos orçamentos públicos, de que de nada vale o melhor dos discursos a favor da infância e da juventude, aliás, todos fazem esse discurso, se no momento da elaboração das leis orçamentárias não houver, como disse, a previsão dos recursos necessários para a implementação dessas políticas. E nesta área, do abuso e da exploração sexual de criança e adolescente que se faz mais necessária ainda a interferência do Estado, a interferência de políticas públicas capazes de atender aos direitos elementares das famílias e dessas crianças e adolescentes que são vítimas de abuso e exploração sexual. Fiz referência ao Conselho Tutelar, desculpe, Presidente, acho que já estou extrapolando o meu tempo, vou tentar acelerar dos Conselhos Tutelares, porque a previsão do Estatuto da Criança e do Adolescente é no sentido do encaminhamento ao Conselho Tutelar de todos os casos de suspeita ou confirmação de violência ou maus-tratos contra a criança e o adolescente. Significa que os Conselhos Tutelares, enquanto espaços de pessoas da comunidade, escolhidas pela comunidade para fazer esse atendimento direto às crianças e aos adolescentes, é um espaço que precisa ter funcionamento regular, não só existir como ter funcionamento regular, e daí a importância de se destacar nessa matéria, Deputado Gilson, a importância dos Conselhos Tutelares. Mas vou concluindo para dizer da importância de a sociedade ter olhos para enxergar e denunciar os casos de abuso e violência sexual contra as crianças. Infelizmente, os índices da existência dessa violência indicam práticas dentro da própria família, intrarresidência, são os próprios familiares a praticarem. E, portanto, há que a sociedade ter essa capacidade de identificar esses casos, e como quer a lei, não só de confirmação, mas de suspeita da existência dessa violência e comunicar ao Conselho Tutelar, que na sequência certamente comunicará ao Ministério Público para a adoção das medidas legais cabíveis. E, portanto, esse destaque em

relação à importância de intervenção da sociedade. Daí, Deputado Gilson, a importância do lançamento da cartilha de hoje no que trata do enfrentamento do combate à pedofilia, porque o que se pretende é exatamente o esclarecimento da sociedade acerca da importância da sua intervenção, para além da sociedade a existência de uma rede de proteção às crianças e aos adolescentes, também prevista no estatuto da criança e do adolescente, rede esta que precisa ser instituída em todos os municípios. E daí finalmente dizer que os espaços onde há maior incidência de indicação da ocorrência... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Por favor, som aqui para o orador.

**DR. OLIMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO:** São os espaços da escola e do sistema de saúde. O Estatuto torna obrigatório, tanto no sistema educacional quanto no sistema de saúde, a comunicação desses casos, insisto, de suspeita ou confirmação de violência ou maus-tratos de criança e do adolescente. E, portanto, então, os profissionais dessas áreas precisam estar sintonizados com essa responsabilidade de levar a conhecimento das autoridades a possibilidade da existência de violência contra criança e adolescente, inclusive no que diz respeito a abuso e exploração sexual. Terminei, então, dizendo da certeza de que o cumprimento daquilo que está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente significa transformar cada um de nós em instrumento à disposição da nação brasileira, para que o quanto antes, respeitada a dignidade da pessoa humana, buscando-se a superação das desigualdades sociais e a erradicação da pobreza, se possa ver construída, a partir das crianças e dos adolescentes, uma sociedade livre, justa e solidária. Obrigado pela oportunidade de manifestação. (Aplausos.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Vou suspender a Sessão por um instante, para que possamos fazer o registro fotográfico.

**(SESSÃO SUSPENSA.)**

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está reaberta a Sessão.**

Primeiro orador inscrito, Deputado Soldado Fruet, no Pequeno Expediente. Registro a presença na Casa dos Vereadores de Pato Branco, Sr.<sup>s</sup> Rafael Celestrin e Dirceu Luiz Boaretto, e do Assessor Parlamentar, Sr. Edson Luiz Pedra Hume, por solicitação do Deputado Bazana. Sejam bem-vindos.

**PEQUENO EXPEDIENTE:** Usaram da palavra os Sr.<sup>os</sup> Deputados: Soldado Fruet; Galo; Coronel Lee; Tadeu Veneri; e Marcio Nunes.

**DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS):** Senhor Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Deputados, paranaenses que nos acompanham nesta manhã. Peço muita atenção nos próximos minutos, pois este assunto pode e vai pesar nos bolsos de todos os paranaenses por mais 35 anos. Caros Deputados, já fui aqui criticado nesta Casa pelos adjetivos que uso ao me referir ao Governador. Mas, em nome das pessoas que são ofendidas diretamente pelos seus desmandos, quero acrescentar mais um adjetivo, sonso. Sim, foi com a sua cara peculiar, com essa cara de sonso que ele respondeu a um repórter da RPC, na data de ontem, quando questionado sobre os aumentos do pedágio, antes mesmo de o pedágio ser implantado. O Governador limitou-se a dizer que isso não o preocupa, porque será o menor preço vencedor no pedágio. Acorda, Governador sonso Junior. Não vai existir menor preço. Ninguém vai aportar. Nenhuma empresa de pedágio vai aportar bilhões para garantir desconto. Todas as concessionárias oferecerão desconto mínimo. E aí os paranaenses serão esfolados por essa indústria maldita de pedágio. Há três anos luto contra essa máfia que se chama pedágio. E, nos últimos meses, iniciamos aí uma batalha contra as pedageiras, que lesaram os paranaenses e ainda sonham em voltar a nos roubar de forma legalizada. Há duas semanas, quando retornei de Brasília, alertei que o próprio gerente das concessões da ANTT e seu diretor me avisaram do aumento que estaria por vir nos preços previstos para uma nova licitação dos pedágios no Paraná. Como havia alertado, o pedágio subirá até 30%, antes mesmo de ser lançado. E agora, segundo documentos oficiais enviados ao TCU, restou comprovado isso. A título de exemplo, a RPC divulgou a praça de São Luiz do Purunã, aqui próximo, onde a

última tarifa cobrada foi de R\$ 9,60 centavos. Quando o Governador mentiroso, sonso Junior mandou o Projeto concedendo as rodovias estaduais à União para serem licitadas, o valor previsto na sua mentira da nova praça seria de R\$ 8,00. Agora, com o novo valor, já é de R\$ 10,30. Dez reais. Imaginem, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Deputados e paranaenses que nos acompanham também por meio da plenária. Daqui a cinco anos, estaremos pagando o dobro do valor antigo. Sim, porque se antes de sair o edital já aumentaram em 30%, imaginem após o degrau tarifário de 40%. O pedágio que custava 15 vai para R\$ 30,00. Confesso, Sr. Presidente, pessoal que está nos acompanhando, nunca fiz do pedágio uma bandeira política. Nunca. Sempre fui contra o pedágio, porque ele impede o desenvolvimento de algumas regiões. Impede de colocarem alguma indústria em algumas regiões, encarece muito a cesta básica do paranaense. Sou contra o pedágio porque restou comprovado que as concessionárias lesaram os paranaenses em mais de R\$ 9 bilhões. E esse Governador sonso que aí está, nada fez. Nada fez, porque para ele os pedágios são amigos leais. É melhor trair o povo do que os seus amigos acionistas do pedágio. Nunca fiz, como disse, nunca fiz do pedágio uma bandeira política...

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Fruet, por favor, só peço a gentileza para que V.Ex.<sup>a</sup> não use esse termo pejorativo à figura do Governador, como também não admito que usem termos pejorativos a quem ocupa o cargo na Presidência da República. Acho isso sinal de desrespeito quando investido de um cargo da magnitude como esse, legitimado pelo voto popular. Precisamos ter tratamento com a devida fidalguia. Peço a V.Ex.<sup>a</sup> que, por favor, não use, até porque o Regimento determina isso.

**DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS):** Em respeito ao senhor, Sr. Presidente Traiano, que o considero muito, pode retirar das notas taquigráficas, mas já está dito, então, não tem como tirar do vídeo. Está no vídeo, mantenho. Como disse, Sr. Presidente, nunca fiz do pedágio aqui uma bandeira política, mas hoje quero fazer. Só existe uma forma, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Deputados, povo paranaense que está nos acompanhando aí, de reverter essa situação de pedágio no Paraná, é mudando o

*dono da caneta.* É mudando o Governador. Se um político não muda as suas ações para ajudar o povo, o povo tem que mudar o político. Então, Seu Governador Ratinho Junior, está bom? Governador Ratinho Junior, em outubro o senhor será lembrado sim como *pai dos pedágios* e vai receber aí um bilhetinho de volta para casa. Quem sabe assim pare de andar de avião e comece a andar de carro, para saber o que você fez com o povo paranaense. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Próximo orador, Deputado Galo.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD):** Senhor Presidente, *pela ordem*. Senhor Presidente, até acho que o Governador não é *pai do pedágio*. O *pai do pedágio* está lá em Brasília, não é aqui em Curitiba, não. Mas, enfim, não é sobre isso que vou tratar. Queria fazer um informe à Casa, às Sr.<sup>as</sup> e aos Sr.<sup>s</sup> Parlamentares. Muitos têm me procurado por conta da aflição que tomou conta das ascensoristas aqui da Assembleia Legislativa, por conta do novo edital que estamos preparando para poder contratar empresa prestadora de serviço. É uma empresa de *facilities* que vai substituir a atual ou não, pode ser que a atual vença a licitação, a concorrência, porque o contrato está encerrando, já com cinco anos de vigência. E lá foi feita uma nomenclatura nova em relação à ascensorista. Mas para evitar mal entendido, a função de ascensorista é, obviamente, não será extinta, não foi extinta e não será extinta. Aliás, é uma função na minha avaliação essencial. Esta Casa aqui recebe, diariamente, mais de 3 mil pessoas. Essas pessoas são orientadas pelas ascensoristas aonde se dirigirem. Então, é óbvio que precisamos delas não para poder dirigir o elevador, é para poder orientar as pessoas, enfim, tudo aquilo que sabemos que funciona bem. Então, quero deixar claro o seguinte, não será extinto o posto de ascensorista na Assembleia Legislativa no novo contrato. Estou explicando isso de forma pública para evitar qualquer tipo de controvérsia. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Com a palavra, Deputado Galo.

**DEPUTADO GALO (PP):** Senhor Presidente, primeiro, fica à vontade, Excelência. Primeiro é o seguinte: achei um assunto muito pejorativo, refuto meu colega Ex.<sup>mo</sup> Sr. Deputado Fruet usar a palavra sonso. Aliás, Sr. Presidente, quando ele disse que voltava ao vídeo, houve um *quá-quá-quá* aqui dentro da Assembleia. O Governador, independentemente de Base ou Oposição, é respeitado nesta Casa ou então o senhor fecha a Assembleia e vamos para casa. Por favor, fiquei feliz que V.Ex.<sup>a</sup> interferiu. Quem sou eu para fazer qualquer tipo de observação, mas esta Casa de Leis tem que respeitar o Governador. Lembro-me muito bem o dia que o meu amigo pessoal, o Governador da ocasião, teve um assunto aqui na Assembleia e rapidamente virou notícia e a Assembleia voltou atrás e pediu desculpa porque chamaram.. ele disse: “Ele não tem vergonha! Ele assumiu o cargo de Secretário da Segurança. É vergonhoso！”, e a Casa se redimiu naquela ocasião por ter falado essa palavra aqui. Então, usar a palavra de sonso ao Sr. Governador é, no mínimo, falta de respeito. E houve um *quá-quá-quá*, houve um deboche geral aqui dentro. Não aceito, Sr. Presidente, e vou às raias de qualquer necessidade para que isso seja mantido. Quero pedir ao Líder do Governo, Marcel, que se pronuncie a respeito desse assunto. Ou aqui vamos respeitar ou vamos bagunçar? Fecha a Assembleia e vamos para casa! Em qualquer instância, peço a V.Ex.<sup>a</sup> que isso seja severo, tá virando piada isso aqui dentro a maneira de tratar o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Governador. Atenção! GNV! GNV! GNV! É a gasolina que está cara! É a gasolina que está cara: gasolina, gasolina, gasolina, gasolina! Fazer uma sugestão ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Governador, aliás, disparado, disparado, considerado o melhor Governador e mais inovador Governador, Sr. Ratinho Junior. Isso dói, isso dói em muita gente! Mas GNV, meu prezado Marcel, que é o gás natural veicular, gostaria que V.Ex.<sup>a</sup> levasse ao Governador – você já foi Prefeito, é nosso grande Líder, é uma pessoa excepcional, de conhecimentos técnicos, uma sugestão que recebi a pedido de taxistas e ubers, digamos assim, nosso prezado lorde. O gás veicular baixaria IPVA? Porque uma corrida que sai R\$ 12,00 o taxista gasta oito para fazê-la. Se pagar arrendamento, paga mais quatro e cinquenta ele paga, e

mais a gasolina ele está pagando para trabalhar. Então, Marcel, o Governador, por meio do Banco Fomento, que, aliás, tiraram do zero o Banco Fomento, tiraram do arraso o Banco Fomento, estava acabado, arrasado, *terra de ninguém, terra de apadrinhados, terra de carteirada*. Hoje é o banco do micro, do pequeno empresário. Esse é o banco que está ajudando muito aos pequenos. Então, Marcel, gostaria que V.Ex.<sup>a</sup> sugerisse ao Governador que tenho certeza já deve estar no plano dele, não quero ser o dono da medalhinha, mas vamos apoiar a ideia, se estiver lá no planejamento, que V.Ex.<sup>a</sup> leve para que os taxistas, para que os motoristas de aplicativos possam receber um apoio, um subsídio para que eles possam instalar o equipamento GNV em seus veículos para poderem sobreviver. Era isso! Venda de imposto! Reina mais imposto e gasolina alta, e gasolina alta, e IPVA alto! É uma sugestão que este simples e humilde Deputado faz aqui para que o nosso Governador possa... Tenho a impressão de que o Governador já deve ter essa ideia, porque ele é inovador. Terminando, Sr. Ex.<sup>mo</sup> Presidente da Assembleia Legislativa, vida longa, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Próximo orador, Deputado Coronel Lee.

**DEPUTADO CORONEL LEE (PDC):** Senhor Presidente, Sr.<sup>s</sup> Deputados. O que nos traz hoje aqui é uma aflição que está acontecendo, uma tortura que está acontecendo lá em Foz do Iguaçu com alguns servidores da Receita Federal, alguns servidores do Ministério da Agricultura na sua famosa *Operação Padrão*, na fronteira seca de Foz do Iguaçu. Um caminhão que antes demorava dois dias para ter sua carga liberada, agora está demorando 15, 20 dias, para mais. Qual a alegação? Libera-se mais em toneladas do que antes. Sim, mas o fluxo está bem maior! É isso que está acontecendo. Hoje tem muitas empresas quebrando por causa dessa *Operação Padrão*: caminhões financiados e está uma tortura geral. Os caminhões que esperam 15, 20 dias aí para mais, na beira das estradas, nos postos de gasolina emprestado ali o pátio ou no próprio pátio da fronteira seca, ali, eles ficam... em Foz do Iguaçu é normal, eles ficam mais de 30ºC de temperatura ali, à sombra. Não tem banheiros e outras coisas mais. É uma situação desumana.

As empresas, as pessoas que tentaram, tentam conversar com esses funcionários, tentam não fazer uma revolução, mas tentam conversar, eles recebem umas visitas. Ou seja, em outras palavras: são fiscalizados, são autuados, são multados. É uma *lei da mordaça*, não sei como que pode se chamar isso aí. Qual o objetivo de tudo isso, senhores? Reajuste salarial. Não estou discutindo se são 19 mil, 20 mil, 25 mil, 33 mil, se é um bom salário, se é um baixo salário. Não estou discutindo isso, estou discutindo que este é o objetivo dos funcionários. O objetivo é chamar a atenção do Governo Federal. Já conseguiram, senhores, já conseguiram chamar a atenção do Governo Federal. Não é mesmo? Acho que seria interessante se os senhores montassem uma comissão e negociassem com o Governo Federal à exaustão. Seria acho que uma boa ideia. Não simplesmente chamar de inimigos uma população inteira, porque o que está acontecendo: encarece aonde? Encarece aqui, encarece no supermercado, na lanchonete, não é mesmo? É isso que está encarecendo, está atingindo a população inteira. Imaginem se as forças policiais do País, para cada revés que eles encontrassem, para cada situação que fossem contrariados, descarregassem na população? Vocês mesmos funcionários da Receita e do Ministério da Agricultura não iam conseguir sair de casa, porque a própria polícia ia abordar vocês, a sua família, ia multar seus carros na área urbana, na área rodoviária, vocês não poderiam sair para pescar porque ia vir a polícia florestal ou ambiental e ia multar vocês. Vocês gostariam disso? Então, senhores, vamos eleger nossos inimigos, os verdadeiros inimigos, se encontrarem infração, usem o rigor da lei. Mas não em cima de pessoas que querem trabalhar. Isso está refletindo em nós aqui embaixo. O que estamos pedindo, senhores, é que atinjam os verdadeiros inimigos. Montem uma comissão e falem com o Governo Federal. Estou falando aqui não como especialista. Vamos encaminhar expediente para o Governo Federal, que é competência deles, autoridades competentes, e estou aqui falando somente como um cidadão comum. Estamos pedindo. Agradecemos muito a compreensão de vocês da Receita Federal, do Ministério da Agricultura e agradeço também a paciência de todos os nossos colegas Parlamentares. Obrigado, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Próximo orador, Deputado Tadeu Veneri.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Senhor Presidente, Sr.<sup>s</sup> Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas. Bom dia aos nossos visitantes da Aproserra que saíram três horas da manhã de Guarapuava para virem hoje aqui, para uma reunião que teremos logo em seguida. Senhor Presidente, antes de iniciar e é justamente sobre isso que quero falar, sobre a situação de Guarapuava, quero também fazer uma referência à Deputada Mabel, aliás, encontrei seu pai hoje de manhã, dei a ele cedo já os cumprimentos e desejar que faça uma boa campanha como pré-candidato a Deputado Federal, mas hoje de manhã tivemos uma atividade aqui que é extremamente importante, sem dúvida nenhuma. Aliás, duas. Faço uma referência especial à Defensoria Pública. Defensoria Pública que durante muitos anos, durante quase 10 anos, estivemos em uma luta muito intensa aqui, na Assembleia, muitas vezes ignorada pela maioria inclusive dos Sr.<sup>s</sup> Deputados, lavada quase que à exaustão à época pela Oposição, aqui, da Assembleia Legislativa, Oposição que tinha todo um propósito, mas que também fazia, com alguns outros Deputados, fazia um movimento para que tivéssemos a Defensoria Pública já. Acredito que a Defensoria, Deputado Nelson Justus, é hoje o resultado ainda que pequeno de uma luta que toda a sociedade paranaense fez. Mas não basta a Defensoria Pública ser homenageada e certamente é uma homenagem importante feita pelos Deputados aqui. É preciso que haja orçamento para isso. Homenagens são importantes, mas mais do que homenagens é necessário que o Governo do Estado coloque de fato recurso suficiente para que a Defensoria Pública tenha – e falo isso muito tranquilo porque não há nenhum defensor público aqui – que a Defensoria Pública tenha as condições operacionais para exercer o seu papel constitucional. Não é possível que enquanto temos 850 a 900 Procuradores, Promotores do Ministério Público, Procuradores do Ministério Público, mais de 1.200 Juízes e Desembargadores, tenhamos 104 ou 106 Defensores Públicos. Então, a melhor homenagem que podemos fazer é no orçamento que virá agora, agora, a LDO e, depois, o orçamento, dotarmos de recursos suficientes a Defensoria Pública. Certamente isso irá fazer com que se

multipliquem por 10, por 20, por 100 o número de atendimentos necessários. Isso foi feito no Rio de Janeiro, isso foi feito no Rio Grande do Sul. São Paulo que foi a penúltima, antes de nós, que a nossa foi a penúltima Defensoria do Brasil, mas antes de nós, duas antes haviam sido feitas, se não estiver enganado, São Paulo e Goiás. São Paulo começou com pouco mais de 300 defensores e hoje está com um número quatro, cinco, seis vezes maior do que isso, com um orçamento muito maior. *Ah, mas São Paulo tem 40 milhões de habitantes.* Proporcionalmente, São Paulo tem muito mais defensores do que o Paraná. Santa Catarina que foi, Deputado Romanelli, e o senhor sabe da história, Santa Catarina foi o último Estado a instituir a Defensoria Pública. Iniciou a luta antes que iniciássemos, por meio da Universidade de Santa Catarina, na Universidade de Chapecó, mas hoje tem mais defensores do que o Paraná. Então, fica aqui uma solicitação para que esta Casa de fato reconheça aquilo que de direito deveria estar no orçamento, que são recursos para que a Defensoria possa atuar sem que precise fazer malabarismos. Hoje, estará conosco, daqui a pouco, Dr. João Vítor, que é um defensor que pega um carro da Defensoria, um carro só da Defensoria, às vezes sem motorista, e percorre o Estado inteiro, Professor Tercílio, o Estado inteiro, visando resolver questões fundiárias. Questões fundiárias como esta que queremos relatar aqui. Há um tempo, fomos demandados na Comissão de Direitos Humanos por uma situação específica na Serra da Esperança. E já faço o relato do ofício que estamos enviando aqui, enviamos à Secretaria da Segurança Pública. A Serra da Esperança, para quem não sabe, a maioria aqui conhece, em Guarapuava, é a Serra que praticamente divide o Paraná na região Sul, e é tributária dos principais rios que temos no Paraná. O Deputado Goura, que é uma pessoa especialista na área de meio ambiente, sabe que para quem vai a Foz do Iguaçu, ou seja, quem vai ao Oeste, a Serra da Esperança, do seu lado esquerdo, todas as águas, todos os rios, os pequenos córregos, desaguam no Rio Iguaçu, o maior rio que temos inteiramente do Paraná. Do lado direito, Piquiri, Tibagi e Ivaí, os três grandes rios que temos também no Paraná. Ou seja, a Serra da Esperança é uma serra que tem que ser preservada, mas... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Deputado Tadeu...

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Uso o horário da Liderança do Partido dos Trabalhadores.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Vossa Excelência tem o horário da Liderança do PT.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Obrigado, Sr. Presidente! E pedi justamente, às vezes, não faço isso de usar dois horários, mas um porque era por uma questão muito mais relacionada ao nosso mandato, explicações pessoais é para falar do seu mandato, que foi a luta que fizemos pela Defensoria Pública aqui, e muitos aqui sabem que foram 10, 15 anos que ficamos fazendo essa luta. A outra sobre essa questão específica que diz respeito a todos os mandatos, que todos os mandatos estão envolvidos nessa situação. E vou ler o ofício que fizemos, a Comissão de Direitos Humanos, Ofício n.º 68/2022, à Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná, à Chefia da Polícia Civil do Paraná. Uma solicitação feita inclusive pela nossa assessoria. O Eli está aqui, o Eli Machado, que é de Pinhão, de Guarapuava, trouxe-nos a demanda, é também da Comissão de Direitos, e enviamos, Sr.<sup>s</sup> Deputados, à Chefia da Polícia Civil do Paraná, o Ofício que diz o seguinte. “Assunto: atuação violenta de agentes privados a fim de forçar despejo de comunidades consolidadas na localidade de Fazenda Cury, em Guarapuava. O Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa, infrafirmado, vem encaminhar informações sobre graves ameaças e ofensas contra posseiros, ocorridos na localidade de Fazenda Cury, em Guarapuava, as quais foram encaminhadas para a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Paraná e para Comissão de Conflitos Fundiários do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.” Conversamos, há dois dias com o Sr. Fernando Prazeres, Desembargador Fernando Prazeres, que já está acompanhando a situação, assim como também o Dr. Olympio Sotto Maior, que deverá estar conosco na manhã de hoje. Da região da Serra da Esperança ao município de Guarapuava, há um imóvel chamado “Fazenda Cury”, com área de aproximadamente 10 mil hectares, a qual é marcada por conflitos fundiários complexos. Existem na área atualmente cerca de 350 famílias, muitas

delas habitando e produzindo alimentos há mais de 50 anos. Encontramos, Deputado Plauto, uma família que tem registro, e a Deputada Silvestri também tem conhecimento, de 70 anos de ocupação nessa área, 70 anos. Tem os seus bisavós que já ocupavam essa área há 70 anos. O conflito da área se aprofundou em decorrência de recentes leilões. Nos anos de 1940 a 1950, as transcrições do imóvel foram passadas a Elias J. Cury, sem este nunca ter exercido a posse de todo ele, todo ele imóvel. Nos anos de 1990, as empresas de Cury passaram por problemas financeiros e entraram em falência e essas transcrições antigas, sem demarcação adequada, foram penhoradas. Faço aqui um parêntese: não há confrontação, Deputada Cristina, desta área com outras áreas nos registros cartoriais. Na área habitam trabalhadores rurais há décadas, mesmo antes das transcrições das matrículas terem sido passadas à empresa Cury. Atualmente, os arrematantes buscam se apossar da área, realizando ações violentas contra os posseiros que lá habitam e possuem direitos de posse. Abaixo segue relato da ação da agressão que vem sendo empreendida atualmente contra os posseiros. “Quinta-feira, dia 11 de maio, pela manhã, sete veículos adentraram as áreas de Guará, Fazenda Cury, em Guarapuava, sendo três caminhonetes com quatro pessoas cada uma, fazendo a segurança, todos armados, e mais quatro caminhões lotados de pessoas em cima. Todos os veículos se dirigiram à Igrejinha do Navio.” Aqueles que conhecem, acho que a Deputada Cristina conhece, Deputado Plauto, que também é da região, conhece, a Igrejinha do Navio. É uma igreja que está em frente ao parque centro, é um barracão, onde fizemos várias reuniões, inclusive fizemos três reuniões da Comissão de Direitos Humanos lá, com Defensoria, com Ministério Público, e com o Desembargador Fernando Prazeres. “Todos os veículos se dirigiram à Igrejinha do Navio, lá arrombaram as correntes, adentraram as dependências da igreja. Nesse ínterim, começaram a cercar as pessoas na estrada e pedir identificação, sempre intimando todos com armas e dizendo que iriam retirá-los, todos os moradores iam ser retirados à força. No mesmo dia, alguns moradores estiveram no 16.<sup>º</sup> Batalhão da Polícia e foram deslocadas algumas viaturas para o local que, ao chegarem, abordaram todos e tiraram fotos dos veículos.” Aqui faço um agradecimento especial também, tanto

ao Deputado Romanelli que pronto me passou, não tinha o telefone do Deputado Marcel, Líder do Governo, e o Deputado Marcel, na quinta-feira, entrou em contato com o Secretário da Segurança Pública, com o Coronel Hudson, e também com o Major que faz todo o policiamento da região, do Batalhão de Guarapuava. Entrei em contato com ambos também e solicitamos que tomassem providências. “No entanto, as caminhonetes e os homens armados se evadiram do local quando chegou a polícia, voltando somente após a saída da polícia. Durante a abordagem, os invasores foram retirados da Igreja a pedido do coordenador da capela, pois não havia autorização para que eles estivessem lá e lá permanecessem. Mesmo sendo constadas violações, ninguém foi conduzido à delegacia de polícia. Após isso, os invasores invadiram duas propriedades laterais – não sei exatamente qual é a razão – mas entraram em uma propriedade lateral e começaram a construir barracas.” Concomitantemente, começaram as rondas com as caminhonetes por toda a comunidade, sempre armados e dizendo que são policiais aposentados, na verdade, constatamos que é um policial aposentado que estava lá, sempre durante à noite, não identificados e, como falei, fazendo rondas e disparando tiros. Após ameaças veladas sobre a invasão de toda a propriedade, os moradores da comunidade criaram uma comissão para estabelecer diálogo com esses invasores. Durante o contato, os invasores disseram que, em um primeiro momento, iriam invadir a área do Joel – que está aqui e gostaria até que o Joel fizesse, o Joel está lá em cima e é um dos coordenadores do movimento ameaçando acabar com qualquer um que atrapalhe os planos deles. Dessa forma, apresentaram-se como líderes da invasão, sendo da Mata e Lourenço. Também alegaram que estão sob o comando de um escritório de advocacia estabelecido como Goldmann, antigos advogados do Cury e da APP1 Empreendimentos, além do Espólio Cury. Eles fizeram referência a pessoa conhecida como Laurindo, que estaria agindo em conjunto, que possui matrícula no nome de Cury e quer retomar as áreas e por isso estavam causando terror entre os moradores. Informamos que, segundo os relatos dos moradores, a situação se encontra muito grave, visto que não possuem segurança sequer para sair de suas casas, sofrendo ameaças de pessoas armadas, bem como sem poder levar as crianças às escolas. Temos aqui

e passei já inclusive as fotografias dos carros, as placas dos carros, as fotografias das pessoas que estão lá se dizendo do grupo que está fazendo a segurança, estão aqui também, passamos à Secretaria da Segurança Pública, falei ontem com o Deputado Marcel que iríamos solicitar à Segurança Pública aqui do Estado do Paraná que tome providências, porque não é possível que milícias, porque isso se chama milícia, milícias armadas passem a fazer o papel que, se determinado por juízo, deve ser feito pela Segurança Pública. O senhor sabe, Soldado Fruet, que o senhor como soldado e se determinado pelo seu comandante para fazer a reintegração de posse, irá fazer em nome do Estado, cumprindo determinação judicial. Agora, se dois ou três ou quatro ou dez pessoas resolvem ir por conta própria retirar aqueles que estão, como falei aqui, há 30, 40, 50 anos, sem mandato judicial, porque não têm mandato judicial porque não podem, são civis, jamais poderiam fazer isso, isso se chama milícia. E milícia e milicianos é crime e são criminosos. E acredito, falei ontem à noite inclusive com o Deputado Marcel, que o Cel. Hudson está acompanhando, o Major está acompanhando, mas não podemos aguardar, vamos ter uma reunião agora na sequência e peço licença, Sr. Presidente, para me retirar e ir até a sala de reuniões da CCJ, reuniões das Comissões, porque iremos fazer, ouvir e ver quais são as providências possíveis, Deputado Marcel, assim que terminar aqui também o Plenário, se possível, já solicitamos que possa estar conosco, ainda que por breve tempo, sei que tem outros compromissos, sei que o Dr. Olympio já se prontificou a acompanhar, mas a situação é muito grave e muito preocupante. Temos cerca de 600 a 700 pessoas, mil pessoas que moram nessa área. Não é o MST, antes que se encontre alguma designação, não é o MST que está lá, são pessoas que estão há muito tempo, volto a dizer, já fiz três Audiências Públicas na comunidade, com os senhores e com as senhoras, encontramos pessoas, Sr. Presidente, de 70, 80, 85 anos que moram lá, um casal que provavelmente não deve ter vindo para cá, porque saíram de madrugada lá, que tem 85 anos, moram na área e estão aguardando que seja resolvida a sua situação. *Ah, mas eles não têm documentos.* Não, não têm. É posse. Sabem os senhores que há posses, como é o caso do Pinhão, como é o caso de Guarapuava, de dezenas de anos, sem que tenham

sido regularizadas. Agora, o mais grave é quando civis se arvoram no direito... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Deputado Tadeu, por favor, para concluir.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** ... civis se arvoram no direito de fazer o papel do Estado. Volto a dizer, Sr.<sup>s</sup> Deputados, isso é extremamente grave, isso é milícia. Milícia, milicianos, como no Rio de Janeiro. Se são policiais aposentados ou se não são policiais aposentados não interessa, porque a partir do momento em que você faz o papel que é para ser feito pela Segurança Pública, deixa de ser qualquer outra coisa que não seja miliciano. E me preocupa muito isso porque se essa regra for ignorada e for dada como sendo regra para desapropriações, amanhã serão milicianos na área rural, na área urbana e em todas as áreas do Estado do Paraná. É um desrespeito ao Judiciário, é um desrespeito a esta Casa, é um desrespeito a toda a Segurança Pública. Espero que as providências sejam tomadas o mais rápido possível. Obrigado, Sr. Presidente. (Aplausos.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Registramos a presença nesta Casa do Prefeito de Imbituva, Sr. Celso Kubaski, por solicitação do Deputado Romanelli. Obrigado pela presença. Próximo orador, Deputado Marcio Nunes.

**DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD):** Deputado Tercílio Turini, Sr.<sup>s</sup> Deputados, amigos e companheiros, uma satisfação muito grande, na noite de ontem participei, no Museu do Olho, no MON, de uma reunião muito importante onde o Paraná, com grandes empresas que investiram no Estado, apresentavam os resultados do Estado do Paraná. Mais de 130 bilhões de novos empreendimentos vieram ao Estado do Paraná. Aí vi o Deputado Arilson, inclusive meu amigo, a quem respeito, fazer uma pergunta: *Como é que sabíamos que eram 130 ou 150 bilhões que tinham vindo para o Estado do Paraná?* Digo que é o seguinte, licenciamos 150 bilhões de novos investimentos. Cento e cinquenta bilhões de novos empreendimentos. E com um detalhe, não temos uma obra impedida pelo

Ministério Público ou quem quer seja. Cento e cinquenta bilhões de novos empreendimentos com nenhuma licença paralisada ou cassada, muito diferente do que acontecia no passado aqui no Estado do Paraná. Em virtude desse investimento que veio da iniciativa privada, é que os empregos surgiram aqui, Arilson. *Ah, mas como é que sabem que surgiram os empregos?* O Paraná é o Estado que mais gerou emprego com carteira assinada no Brasil. São dados, são os dados do Caged, é o que mais cresce, é o que mais se desenvolve. Em virtude disso, como o Estado cresceu, desenvolveu-se e vem em uma velocidade muito grande, consegue fazer investimentos vultosos, como está sendo feito em todos os municípios do Estado do Paraná, sem aumentar impostos, porque a coisa simplesmente... *do couro sai a correia*. Via o Cel. Lee falando agora há pouco que é o salário que vira comida, que vira combustível, que faz a economia crescer, que faz a economia desenvolver. Então, o fato é que o Estado do Paraná é o Estado que mais cresce, mais se desenvolve no Brasil. E, do outro lado, o Estado do Paraná ganhou dois prêmios, um nacional, que no prêmio de competitividade entre os estados o Paraná foi o número um, o primeiro colocado em sustentabilidade ambiental, e da ONU, da OCDE, diz que o Paraná tem as melhores práticas. Então, o que mais cresceu, o que mais se desenvolveu, o que mais gerou empregos, foi o que mais cuidou, foi o que mais recuperou e o que mais preservou. Mas, para sustentar todo esse crescimento, precisamos de infraestrutura. E o Estado do Paraná tem uma infraestrutura sendo implantada muito grande. Mas, como relação aos pedágios, quero dizer o seguinte, fazer uma pergunta aos Deputados: Quanto é o valor do pedágio hoje no Paraná? Quando você passa em uma praça de pedágio, quanto você paga hoje no Paraná? Zero. Zero! O pedágio no Paraná é zero. Muita gente utilizou e quer utilizar mais uma vez o tema pedágio como bandeira política. E me admira muita gente nova, dizendo que é o novo na política, estar com a velha política, do abaixa ou acaba, que não abaixaram, não acabaram e iludiram o povo mais uma vez. Não iludimos o povo! O Governo Federal tinha o seu modelo de implantação do pedágio com outorga, que daí era o preço máximo, que o desempate era o lance maior, o Governo do Estado não permitiu que isso acontecesse e hoje o lançamento da

nova concessão será pelo preço mínimo, com a garantia das obras que são necessárias para o crescimento do Estado. E posso garantir, aqui nesta Casa o Governo tem ampla maioria, mais de 40 Deputados do Governo, e com o Governador Ratinho Junior, não vamos permitir que este pedágio, que por mais de 20 anos achacou o crescimento e o desenvolvimento do Estado do Paraná, retorne como preços caros. Vi até hoje na mídia, de manhã cedo: *Ah, o pedágio vai subir*. Aqui no Paraná não vai subir. Isso podemos garantir para vocês, que tudo aquilo que for preciso revisar, será revisado no plano do Governo Federal, porque aqui o respeito é ao povo do Paraná. Não desrespeitamos o Governo Federal em hipótese alguma, mas aqui no Estado do Paraná o pedágio só vai sair do jeito que o povo do Paraná deseja e o Governador do Estado jamais vai querer cobrar um pedágio caro aqui do nosso povo. Garanto que o pedágio no Estado do Paraná será no mínimo 50% mais barato do que é hoje e com todas as obras, porque não vamos aceitar, vamos até a todas as instâncias antes de esse contrato ser lançado e essa licitação ser lançada, porque é assim que se faz! Porque depois que o contrato está feito, depois que está lançado, a história de querer abaixar ou acabar, isso é conversa fiada, *conversa para boi dormir*, como já fizeram outras vezes. E... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Deputado Marcio Nunes, para concluir, por favor.

**DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD):** Para concluir. Agora vão se juntando tudo de novo. Vão se juntando tudo, não é! Todo mundo se juntando e fazendo uma retórica política para ver se tiram proveito. Mas não vão tirar, porque o povo do Paraná não é bobo. Ninguém vai tapear o povo do Paraná! Muito obrigado. Felicidades e fiquem com Deus.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Passamos ao horário da Liderança da Oposição. Com a palavra, Deputado Arilson Chiorato.

**HORÁRIO DAS LIDERANÇAS:** Usaram da palavra os Sr.<sup>s</sup> Deputados: Arilson Chiorato (Oposição); e Marcel Micheletto (Governo).

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** *Fim do preço injusto. Fim do preço injusto. Fim do preço injusto.* É a propaganda que estava sobre as praças de pedágio. É a propaganda, Deputado Marcio Nunes, publicada na *Folha de São Paulo*, no dia 14/11/2021. O Governador Ratinho Junior, aliado de Bolsonaro, vai disputar a reeleição e anuncia o fim do preço injusto do pedágio, após atraso em concessões de rodovias. Mas a *mentira tem perna curta*. A mentira logo é desacreditada. No dia 18/08/2021, aqui nesta Casa, votávamos o PL que deu origem à Lei 20.668, que autoriza o Estado do Paraná a delegar para a iniciativa, à União, a administração e a exploração das rodovias estaduais, em uma Sessão polêmica, que debatemos muito sobre o pedágio. O Líder do Governo falava o seguinte, Deputada Mabel: “Temos que confiar na palavra do Governador.” Usei esse mesmo local e fiz a seguinte fala: “Confiar na palavra do Governador, que confia no Ministro, que confia no Presidente, que acredita que a Terra é plana e quem toma vacina vira jacaré. Isso vai dar cagada, erro.” Dito e feito. Saiu ontem, ou melhor, antes de ontem, um informe da ANTT sobre o processo de pedagiamento do novo pedágio do Paraná, que de novo só tem o nome do pedágio caro e abusivo, como era antes do Lerner. Aliás, acho que a fórmula para fazer o Paraná ficar triste, decepcionado e ir para trás, é uma pitadinha de Lerner, uma mentirinha do Ratinho e um empurrãozinho do Bolsonaro e o pedágio no Paraná vai aumentar. A Nota Técnica da ANTT, encaminhada ao Tribunal de Contas da União, indica que o pedágio pode subir mesmo antes de começar a funcionar ou mesmo antes de ir para o leilão. O que fala esse Projeto, a Nota Técnica? Que as praças podem sofrer um aumento que corre em torno de 29.7%. Aí, vem uma pergunta básica: o processo está paralisado no Tribunal de Contas da União, porque nós da Frente Parlamentar, todos os Deputados que estão aqui, entraram com o pedido, cobraram a falta de Projeto básico. Se não existe Projeto executivo das obras, como que eles sabem o custo das obras? Se não fizeram o Projeto básico, não tem como ter o orçamento, que dá o valor do custo. Como que chegaram ao valor de uma tarifa sem ter o custo, que é oriundo do orçamento, que é oriundo do Projeto executivo básico de engenharia? Como podem agora propor um cálculo de aumento, se a inflação, que é o repositor inflacionário indicado para

a correção indica 12, por que chegamos a 30%? É o Governo Federal, que o Governo do Estado avalia, defende politicamente, que está fazendo isso. Mas vou mais longe, a promessa feita pelo Governador no dia 26/11, na *Agência Estadual de Notícia*, é que o pedágio iria abaixar de 45 a 50%, mas a realidade é que ele vai ficar mais caro. A praça de São Luíz do Purunã, Deputado Marcio Nunes, era R\$ 9,60 a tarifa. O edital foi colocado no valor de R\$ 8,01 e a correção da ANTT, R\$ 10,33. A propaganda do Governo era R\$ 8,00, contra 9,60, uma diminuição no valor de 30%. A realidade é que é R\$ 10,33 para começar e não sou eu que estou dizendo, é a ANTT. Não é a Oposição, ninguém está fazendo politicagem aqui, estou falando a verdade. A promessa que se tinha do Governo na propaganda era a justiça no pedágio, Soldado Fruet. A realidade são mais 15 novas praças, com as 27, 42 praças. A propaganda do Governo, a promessa, era preço justo. A realidade é um contrato de 35 anos e não a curto tempo como tinha. A propaganda e a promessa eram a garantia de obras, a realidade é um degrau tarifário de 40%. Depois do quinto ano, teremos em todas as praças do Paraná, se seguirem a normativa da ANTT, todas mais caras do que eram antes e do que está proposto hoje. A resposta do Governo, Deputada Mabel, o DER se pronunciou ontem, mas vocês não vão acreditar. A resposta do DER é que não tinha informação sobre o documento da ANTT, que não tinha nada oficializado e que tinha que aguardar. Já que o DER não sabe o que fazer, quero propor uma solução aqui para os nossos Deputados, como podemos ajudar o Paraná a se livrar de um pedágio pior do que está vindo, do que era antes. A expectativa, segundo anunciado, é que o leilão do primeiro e segundo lote ocorra depois de novembro, depois das eleições. Mas essa falta de transparência, esses processos não concluídos, essas mudanças unilaterais, a falta de projeto técnico, a falta de avaliação das desapropriações e o superfaturamento da tarifa, como estão sendo colocados, pode ter um fim. Acabei de propor agora e quero pedir a assinatura de todos os Parlamentares, a um Projeto de Lei que susta, ou melhor, revoga a Lei 20.668/2021, que autoriza o Estado do Paraná a delegar à União a administração e a exploração das rodovias estaduais. Olhem, o Governo Federal e Estadual usaram da boa-fé da maioria dos Parlamentares aqui, quando aprovou a lei. O

momento nosso agora é de fazer correção. Vamos revogar a cessão das rodovias, trazer o controle político, administrativo e jurídico do processo de pedagiamento ao Governo do Paraná. Quero, Deputado Marcio Nunes, ajudar o Governador a não repetir os erros do passado. Vamos revogar a cessão das rodovias.

**Deputado Homero Marchese (REP):** Um aparte.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** Trazer a discussão de volta para essa Casa. Fazer com que a Assembleia seja protagonista desse processo mais uma vez e que não se tenha pedágio injusto. Não vou afirmar aqui que o Governador mentiu. Acho que ele faltou com a verdade ou ele foi mal informado na época, para colocar o raio de uma propaganda mentirosa como aquela. Agora, o que me surpreende? As praças estão com propaganda privada, sendo que o Estado diz que nem é ele que cuida, quem cuida agora é a União.

**Deputada Mabel Canto (PSDB):** Um aparte, Deputado.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** Pois não, Deputada Mabel.

**Deputada Mabel Canto (PSDB):** Falando sobre a questão das placas que vocês, inclusive, citaram e o senhor cita novamente, tivemos a informação de que essa publicidade nas placas está sendo, sim, autorizada pelo próprio DER. Inclusive, queremos fazer um pedido de informação para que tenhamos essa informação de maneira oficial. Mas o que consta é que o DER, sim, já que as praças de pedágio são do patrimônio do Estado, foram devolvidas ao Estado, que estão autorizando essa publicidade privada nas praças de pedágio, Deputado Arilson.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** Obrigada, Deputada Mabel. Ou seja, publicidade pode. Iluminação para o povo não correr risco não pode. Preço alto pode. Preço baixo no Paraná não pode. Contrato de curto prazo não pode. Contrato de 35 anos pode. Diminuir as praças não pode. Aumentar para 42 pode. Degrau tarifário como era, em torno de 20%, não pode, mas degrau tarifário caro de 40 pode. Deputado Homero.

**Deputado Homero Marchese (REP):** Deputado Arilson, considerando o cronograma das próximas licitações, em que as licitações dos primeiros lotes devem acontecer só no final do ano, portanto, com o prazo para recurso administrativo e eventual medida judicial, medida no TCU, acho que é certo dizer, hoje, que os contratos só serão assinados no ano que vem. Portanto, a próxima administração do Governo Federal, seja reeleita ou não, é que vai decidir se contrata ou não os contratos de pedágio. Havendo pela frente uma disputa eleitoral e o senhor, como Presidente do Partido dos Trabalhadores, já entendi que há divergência em relação a um modelo de pedágio, como também tem, acho que poderia ter feito um modelo melhor do que acabamos tendo, mas a pergunta é a seguinte: o Partido dos Trabalhadores, caso assuma a Presidência no ano que vem, firma contratos de pedágio no Paraná ou não? Teremos contrato de pedágio com o PT no poder, caso o PT seja eleito, que não é a minha vontade, ou não teremos? Essa é a pergunta.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** Deputado Homero, o PT construiu o pedágio de Santa Catarina em 2007, pelo Ex-Presidente e futuro Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Deputado Arilson, por favor, para concluir.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** O Paraná terá os pedágios, caso seja refeito, porque essa lambança tenho certeza de que o Lula não aceitará, um pedágio que caiba no bolso do povo paranaense, em um preço acessível como é em Santa Catarina. Temos preocupação com o povo de verdade, não só na propaganda. Temos preocupação com as pessoas. Já fizemos, faremos muito mais pelo Brasil, e está em tempo de V.Ex.<sup>a</sup> mudar de opinião e votar no Presidente Lula dia 2 de outubro. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Horário da Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Marcel Micheletto.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Senhor Presidente, Sr.<sup>s</sup> Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas. O debate vai se acalorando e como tenho um grande amigo meu que está aqui nesta Sessão, o Deputado Marcio Nunes, Deputado Marcio Nunes, por amor ao debate, esse tema tem sido interessante para todos nós. No passado não acabou, não abaixou, mas o Governo Ratinho Junior finalizou com esse contrato maléfico que tivemos nos últimos 30 anos. Vejo a Oposição falar sobre esse tema e isso deixa ofegante o nosso Líder da Oposição, traz informações, e aí vejo aqui o Deputado Homero fazendo um contraponto com V.Ex.<sup>a</sup>, como é que seria daqui para frente caso o PT voltasse a ter o poder novamente. Então, é muito importante, é interessante, e os números, a verdade sempre prevalecerá com relação principalmente a esse tema. O Governador Ratinho acabou com as concessões aqui, não renovou, e faremos de tudo, como disse aqui o Deputado Marcio Nunes, para que a menor tarifa seja aquilo que o povo paranaense tanto quer, e assim será, da nossa parte. E V.Ex.<sup>a</sup>, Deputado Arilson, coloca que parece que é o Governador Ratinho Junior que está fazendo todas essas medidas, que da sua parte acha que é intempestiva, e não é. A questão de talvez ter o aumento não é o Governador Ratinho Junior que está posicionando nesse sentido, a questão econômica, macroeconômica, derivados do petróleo, tudo isso que está posicionando talvez com a possibilidade de aumento da tarifa ali na frente. Então, V.Ex.<sup>a</sup> tem que ter cuidado, porque V.Ex.<sup>a</sup> é um jovem conhecedor, crítico, mas que tem boas intenções, mas que precisa, como disse aqui na semana passada, ter cuidado com alguns números que V.Ex.<sup>a</sup> traz e que coloca que parece que é o Governador Ratinho Junior que está posicionando isso, e não é, V.Ex.<sup>a</sup> sabe muito bem que vem do Governo Federal e de toda essa crise que está instalada no mundo.

**Deputado Delegado Jacovós (PL):** Um aparte, Líder, rapidinho. Olha, fico observando a Oposição, Deputados como o Arilson Chiorato, que tem uma inteligência ímpar, não é, mas eles acreditam na própria mentira deles, porque eles dizem, por exemplo, que o candidato deles à Presidência da República, amigo Arilson Chiorato, vai ganhar as eleições no primeiro turno; aí eles dizem que está encarregado, o Governo Federal, de fazer as próximas licitações do

pedágio. Então, eles estão mentindo, porque se o Lula então fosse ganhar no primeiro turno era fácil, o Arilson ligava para o Lula e falava: *Ó, cancela o pedágio no Paraná*. Então, obviamente eles acreditam que quem vai ganhar será o Presidente Bolsonaro no primeiro turno, deixar bem claro isso aqui. Outra coisa, há um mês que a Oposição só fala em pedágio, pedágio aqui, parece que não tem outro assunto, e onde está esse pedágio? Não tem pedágio no Paraná pessoal, não tem. Então, a Oposição precisa buscar outros temas para vir debater aqui do Governo do Estado do Paraná. E até o meu querido amigo, Deputado Fruet, também, Fruet, para um pouco, onde está o pedágio Fruet? Vamos falar de outros temas, debater outros temas. Já também, lógico, já disse naquela época, estão falando das praças de pedágio que estão abandonadas, se tivesse passado a retroescavadeira e o trator em cima como aconselhei o Governo, também não tinha toda essa confusão aí. É isso aí, Líder. Muito obrigado.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Bom, e para seguir...

**Deputado Evandro Araújo (PSD):** Deputado Marcel, apenas um aparte também.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Um aparte a V.Ex.<sup>a</sup>.

**Deputado Evandro Araújo (PSD):** Para dizer o seguinte, Deputado. Presidente, peço só que coloque ordem na Casa, está difícil. Apenas para dizer o seguinte, as rodovias do Paraná, para participarem de um processo federal, elas precisam da assinatura de um termo de convênio estabelecido pelo Governador do Estado em relação ao projeto federal. E temos declarações públicas do Governador que se o Projeto em Brasília não for o Projeto que o povo do Paraná deseja, ele não assinará o termo de convênio, não haverá delegação das rodovias. E temos que saber que tem dois terços de rodovias nesse Projeto que são federais, que independem do Governo do Estado ou desta Casa. E queremos, obviamente, um acompanhamento mais firme da bancada de Deputados Federais, dos Senadores do Paraná, e esta Casa também obviamente continuar fazendo o seu trabalho. Mas se não tivermos assinatura de termo de convênio, não há delegação e não há rodovias PRs nesse Projeto, as BRs são de responsabilidade do Governo Federal.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Vossa Excelência mais uma vez muito feliz no seu comentário. É assim que o nosso Governador Ratinho Junior trata as coisas, é assim que pedimos o bom senso para a Oposição, para parar de tentar ficar colocando no colo do Governador algo que não é dele. E a posição que ele tomou foi muito firme, não deixando essas concessões maléficas para o setor produtivo terem as suas dificuldades. Então, mais uma vez fazemos um apelo à Oposição: cuidado, vamos ter zelo, vamos ter responsabilidade, para que aqui depois não passem dificuldade e vergonha nos comentários que fazem.

**Deputado Requião Filho (MDB):** Um pequeno aparte, Deputado Micheletto, rapidinho.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Queria, para finalizar, dizer de algo importantíssimo, salutar e que demonstra mais uma vez a responsabilidade do comando do nosso Governador Ratinho Junior. Ontem esteve lá o Deputado Romanelli, o Deputado Tiago Amaral, Maria Victória, Anibelli, mais outros Deputados todos que viram os 100 maiores empresários e empresas do Estado do Paraná, Deputado Marcio Nunes, e que V.Ex.<sup>a</sup> fez um trabalho fantástico na tua Secretaria, que construiu isso, que vamos passar aqui no vídeo hoje para mostrar para a Assembleia Legislativa a verdade. O Paraná tem trazido grandes contribuições com o Brasil, gerando emprego, recorde, batendo todos os recordes dos últimos anos no crescimento econômico e acima de tudo gerando emprego, renda e facilitando a vida dos nossos paranaenses. Então, queria aqui parabenizar o Governador Ratinho Junior por ontem ter demonstrado que é um homem sensível, capaz e que tem dado paz ao setor produtivo para continuar investindo, fazendo o Paraná crescer, gerando emprego, renda e esperança ao povo paranaense, porque não tem Projeto, programa social melhor do que dar emprego às pessoas, gerar riqueza, gerar paz, felicidade à sua gente, e logicamente, gerar tributos por meio dos incentivos que tivemos para os nossos investidores aqui no Paraná a continuar fazendo o Paraná crescer. Então, quero parabenizar mais uma vez a sabedoria do Governador de continuar incentivando o setor produtivo a investir no Estado do Paraná e no povo paranaense. E queria aqui, para finalizar,

que atentamente os nossos Deputados pudessem ver ao vídeo que ontem foi passado e mostra mais uma vez que o Paraná vai continuar andando para frente e não vai voltar para trás. Muito obrigado, Presidente.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** Presidente, *pela ordem*.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** *Pela ordem*, Deputado.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** Temos uma regra que não permite que seja passado vídeo. Já fui proibido, outros Deputados da Oposição aqui também. Então, quero que o senhor cumpra e trate de forma...

**DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS):** Inclusive eu também, Sr. Presidente.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Não tem problema, caso o tempo seja escasso, teremos tempo semana que vem, ainda mais com a Casa mais cheia...

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (MDB):** Deputado Marcel, não é uma questão de tempo, *pela ordem*, não é uma questão de tempo.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Senhores Deputados, por favor. Não é regra e nem exceção, já aconteceu aqui na Casa, vídeos já foram trazidos, passados no telão. Então, portanto, sei que o vídeo que o Deputado Marcel ia apresentar é um vídeo institucional. Não tem nada que tenha tendência ideológica. É um vídeo institucional. Não vejo razão para isso. E, aliás, se outros entenderem que têm vídeos também institucionais, vamos permitir passar, sem nenhum problema.

**DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS):** Senhor Presidente, *pela ordem*. Fui questionado. Quis colocar um vídeo institucional, como o senhor está dizendo, e fui questionado que não poderia, Sr. Presidente.

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT):** Inclusive, tenho vários bons vídeos para trazer, Presidente.

**DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS):** Se abrir exceção para um, tem que abrir para todos, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Não concordamos com vídeos agressivos, de desconstrução de imagem de pessoas. Se o vídeo for respeitoso, não vejo razão para não apresentar aqui no telão.

**DEPUTADO PLAUTO MIRÓ (UNIÃO):** Senhor Presidente, acho que estamos abrindo uma exceção que não será boa.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** A maioria decide. E também tenho outro assunto que gostaria de tratar depois internamente com os Sr.<sup>s</sup> Deputados, em relação às vindas de pessoas para falarem aqui no nosso Grande Expediente. Acho que é um assunto que tem que ser tratado. Não dá mais para continuarmos da forma como essas pessoas chegam aqui, e acho que essa conversa precisa ser feita reservadamente. Está encerrado. Não teremos vídeos.

**DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL):** Presidente, por que não poderíamos, então, deliberar a partir dessa sugestão do Líder para passar o vídeo, podemos fazer uma votação. E a partir de então fique liberado ou sim ou não para vídeos. É uma sugestão, Excelência.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Vamos analisar isso.

**DEPUTADO ALEXANDRO AMARO (REP):** *Pela ordem*, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** *Pela ordem*, Deputado Amaro.

**DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP):** Estamos falando de muitas coisas aqui, inclusive a Oposição, o Arilson se esqueceu de falar que hoje é o casamento do Presidente Lula, do Ex-Presidente Lula. Quero só salientar que às 19 horas, não foi convidado, Requião? Eu também não. Só 150 pessoas foram convidadas.

Mas lembrar que ele vai casar com a Janja hoje, às 19 horas. Só lembrar a população.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Para descontrair um pouco o ambiente, Deputado. Aliás, podíamos passar o vídeo do Presidente Lula aqui mostrando o casamento.

**DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS (PP):** Senhor Presidente, lembrando que a Janja é paranaense de União da Vitória.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD):** Senhor Presidente, *pela ordem.*

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** *Pela ordem,* Deputado Romanelli.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD):** Primeiro, cumprimentar, naturalmente, o Presidente Lula por acreditar no Brasil casando aos 75 anos de idade com uma paranaense. Então, cumprimentar e desejar vida longa ao casal. Mas, Sr. Presidente, não há previsão regimental da utilização de vídeos nas falas previstas no nosso Regimento, do Pequeno Expediente, do Grande Expediente e também dos horários das Lideranças. Não há previsão de utilização de nenhum instrumental em relação a isso. Excepcionalmente, claro, a Mesa pode, o Presidente pode autorizar quando for um tema relevante e que a apresentação seja absolutamente importante para o tema que será exposto. Agora, tratar isso como regra, a mim me parece é desafiar a inteligência de todos nós. A tribuna, as falas nesta Casa aqui são para o Parlamentar expor o seu ponto de vista, a sua fala, o que ele pensa, como ele conduz o mandato. Sinceramente, os vídeos, esse vídeo mesmo que o Deputado Marcel quer mostrar, a TV Assembleia, efetivamente, veiculará, Deputado Marcel, o vídeo, porque o vídeo é muito importante, mostra os 119 bilhões de investimentos do *Programa Paraná Competitivo*. Indiscutivelmente é um tema de interesse público. O que quero dizer é o seguinte: o debate tem que ser um debate político, que aqui embora está

muito acalorado e estamos nacionalizados aqui no debate, não estamos discutindo muitos os temas do Estado do Paraná, mas isso é o direito de cada um falar o que quer. Mas o fato concreto é que não há previsão regimental de vídeo. Então, o Presidente Traiano fez aqui uma fala. Presidente, socorro-me do Regimento. Se for alterado o Regimento, é possível adotar como regra, inclusive. O Parlamentar aí nem fala mais, ele manda um vídeo e expõe o vídeo no horário da fala dele. Pronto. Não precisa mais o Parlamentar e a tribuna. Desculpe, data vénia, o Parlamento é o debate, é a discussão, é essa essência nossa aqui. Se suprimirmos isso, só restarão vídeos. Isso aqui virará um metaverso. Viveremos em um ambiente virtual apenas.

**DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD):** Bom, com todo o respeito, Deputado Romanelli, que, inclusive é uma das pessoas que sempre me aconselha e tem me orientado na minha carreira política. Uns acham que é bom, outros acham que é ruim, mas é verdade. Acho que os conselhos dele são bons, porque que sempre sigo. Mas duas coisas: primeiro, dizer que esse vídeo que está sendo passado não é um tema de debate. É um tema de exposição sobre um fato concreto que acontece. Então, concordo que, realmente, aqui somos um local de debate, mas esse é um tema que não é um debate, é uma exposição. E lembrando sempre que a função do Plenário, o Plenário é soberano, senão não precisava ter o Plenário na Casa, então só a Mesa poderia tomar as decisões. Então, gostaria, hoje até pela função do adiantado da hora que não, mas que pudéssemos avaliar e apreciar, qualquer coisa leva ao Plenário e avalia-se de passa ou não. Como não é um tema de debate sobre uma exposição de um Deputado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** O vídeo do Deputado Marcel tinha uma duração de seis minutos. O Deputado Marcel anunciou quando já estava no último minuto. Talvez seja essa razão de ter cancelado. Agora, Sr.<sup>s</sup> Deputados, procede a questão levantada pelo Deputado Romanelli, mas, infelizmente, a pressão que recebo de todos, falta compreensão. Cada dia é o caso da abertura que damos aqui para pronunciamento de pessoas de fora da Assembleia. A regra era um dia só. Aí o Deputado vem: *Não, quero apresentar dia*

*tal.* É difícil! A Presidência quer ser democrática. Ou vou ter que ser duro e rígido, que não é o meu perfil. Sou do diálogo. Ou então vou ter que encerrar, vamos ter que encerrar o convite para as pessoas virem aqui usar, porque também, perdoem-me, às vezes até depõem contra a Casa. As pessoas vêm aqui e, infelizmente, as pessoas não são ouvidas.

**DEPUTADO GUTO SILVA (PP):** Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Pois não, Deputado.

**DEPUTADO GUTO SILVA (PP):** Já que o senhor está duro e rígido, permita-me fazer um comentário aqui. Esse é um assunto que traz s esta Casa uma reflexão importante. Tudo se moderniza. A pandemia trouxe uma nova realidade para todos nós. Estamos indo na escola modelo híbrido, as empresas estão em teletrabalho, os governos estão se adaptando com as questões do espaço. E acho que deveríamos fazer uma reflexão na Casa sobre como vamos conduzir esse apoioamento do audiovisual. No mundo digital, como é que vamos só negar o audiovisual? Acho que fica um ponto aqui, Presidente, 1.º Secretário Romanelli, para podermos repensar. Não é tirar a necessidade da fala, do debate, mas o debate pode ser ancorado também em recursos tecnológicos para poder aprofundar, melhorar o desempenho da argumentação. É natural que evoluímos, o Parlamento também se moderniza. Na Sessão anterior não tínhamos aqui os projetos digitalizados, não tínhamos a possibilidade de votar remotamente, mas esse é um assunto no mundo moderno, no mundo atual que acho que vamos ter que fazer uma reflexão. Não é aqui passar um vídeo de propaganda por minutos, mas, às vezes, um recurso audiovisual tem muito mais impacto, de forma muita mais sintética e resumida possa auxiliar o Parlamentar na defesa da sua tese. Então, fica aqui o meu pedido à Mesa Diretora, Romanelli, para fazermos uma reflexão da Casa. Vamos repensar.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Acho que vamos fazer essa tratativa na semana que vem em uma reunião com os Líderes e vamos tomar a decisão.

**DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO):** Quero apenas contribuir, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Este debate aqui não vai chegar a lugar algum.

**DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO):** Claro que não. Quero só apenas dizer uma coisa. Essa é uma prerrogativa única e exclusiva do Presidente da Casa. Da mesma maneira que a prerrogativa da Ordem do Dia é só do Presidente da Casa. Se o senhor achar que tal vídeo não será prejudicial à Casa, naturalmente que V.Ex.<sup>a</sup> tem que tomar conhecimento do vídeo antes, caso contrário vai virar *festa da uva* mesmo. Então, temos que tomar cuidado. Mas essa é uma prerrogativa, não tem que ter regra coisa nenhuma, é prerrogativa do Presidente da Casa. Pode, não pode, passa, não passa.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Ok, Deputado. Vou agora conceder a palavra ao Deputado Arilson, que está comportado, ouviu todo mundo. Vamos ouvi-lo.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** Presidente, quero ajudar o senhor na decisão. Acho que temos que trazer esse tema para o debate dos Líderes da Casa. Não sou contra passar o vídeo, até porque se pudesse passar o vídeo das estradas do Paraná, economizava até a minha fala, as imagens diriam por si só. Acho que não podemos ter um departamento que censure vídeo “A”, ou vídeo “B”. Porque temos que ter uma construção política sobre isso. Então, se o senhor puder convocar uma reunião e fazermos um debate, estou à disposição.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Faremos isso na semana que vem.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Senhor Presidente, como sou santo novo aqui, na Liderança, a minha única intenção foi de passar algo que achei muito importante e relevante. Mas entendo a causa, acho que o debate é

importante. Mas quero dizer aos Deputados da Base que vamos pulverizar esse vídeo para todos para que possamos avançar nesse sentido.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Passamos à Ordem do Dia.

**ORDEM DO DIA.**

**[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bührer (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Jonas Guimarães (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) (51 Parlamentares); Deputados sem justificativa: Cantora Mara Lima (REP), Michele Caputo (PSDB) e Ricardo Arruda (PL) (3 Parlamentares).]**

**Projetos que necessitam de Apoio.**

**Projetos de Lei:** (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o nº 210/2022**, do Deputado Soldado Adriano José, que institui o Dia do Colecionador de armas de fogo e do Caçador, a ser comemorado anualmente em 15 de dezembro; **Autuado sob o nº 211/2022**, do Deputado Soldado Adriano José, que dispõe que a autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido independe da demonstração da efetiva necessidade para exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à integridade física do requerente; **Autuado sob o nº 212/2022**, do Deputado Evandro Araújo, que dispõe sobre o prazo para a retirada, pelo proprietário, de equipamento eletrônico e eletrodoméstico entregue por prestadores de serviços de assistência técnica e as consequências da não retirada e dá outras providências.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

**Passamos aos Itens da pauta.**

Duas Redações Finais.

**(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)**

**ITEM 1** – Redação Final do Projeto de Lei n.º 93/2021, de autoria dos Deputados Professor Lemos, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Luciana Rafagnin, Mabel Canto e Maria Victória, que cria o Selo Estadual Empresa pela Mulher, destinado a estimular boas práticas empresariais para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como fomentar liderança corporativa de alto nível para a igualdade de gênero.

**ITEM 2** – Redação Final do Projeto de Lei n.º 90/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 13/2022, que altera dispositivos da Lei n.º 15.229, de 25 de julho de 2006, que dispõe sobre normas para execução do sistema de diretrizes e bases do planejamento estadual, nos termos do art. 141 da Constituição Estadual.

Deputados que aprovam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Aprovados.**

**ITEM 3** – 3.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.<sup>º</sup> 351/2021, de autoria do Deputado Paulo Litro, que determina que os agressores que cometerem o crime de maus tratos arquem com as despesas do tratamento do animal agredido, bem como participe de medidas de conscientização. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais. Emenda de Plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos apreciar neste turno emenda aprovada em 2.<sup>a</sup> discussão. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “sim”.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede voto “sim”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Votando.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD):** Senhor Presidente, enquanto os Deputados votam, queria, *pela ordem* aqui, dizer que hoje à noite o “Furacão” enfrenta um jogo importante do *Libertad* do Paraguai na Arena da Baixada. E quero vaticinar que venceremos essa partida por dois gols a zero, sendo que um dos gols será do Pablo. Então, vitória ao “Furacão” nesta noite de quarta-feira na Arena da Baixada. Vamos que vamos, é a Libertadores.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Ainda pendentes os votos dos Deputados Alexandre Curi, Cobra Repórter, Delegado Fernando Martins, Dr. Batista, Elio Rusch, Jonas Guimarães, Romanelli, Marcio Nunes, Requião Filho, Rodrigo Estacho. O Deputado Marcio Nunes registra seu voto “sim”. Está encerrada a votação: **[Votaram Sim: Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Francisco**

*Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichenbach, Requião Filho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (41 Deputados); Não Votaram: Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Dr. Batista, Elio Rusch, Jonas Guimarães, Marcio Nunes, Michele Caputo, Ricardo Arruda e Rodrigo Estacho (13 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovada a Emenda. Quarenta e dois votos, com o voto do Deputado Marcio. Está aprovada a emenda.*

**ITEM 4** – 2.<sup>ª</sup> Discussão do Projeto de Lei Complementar n.<sup>º</sup> 10/2021, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.<sup>º</sup> 184/2021, que altera a Lei Complementar n.<sup>º</sup> 205, de 7 de dezembro de 2017. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Regime de urgência. Emendas de Plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos submeter ao voto o Projeto, ressalvadas as emendas.

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** Para encaminhar.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Para encaminhar, Deputado Homero.

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** Bom dia, Sr. Presidente, Sr.<sup>s</sup> Deputados. Antes de tudo duas breves considerações. Não quis pedir *pela ordem*, primeiro que acho que protestar em casamento é sacanagem, não é? Protestar em casamento é *o fim da picada*. Tem tantos dias para fazer isso, tem que respeitar acima de tudo a noiva que é, afinal de contas, quem precisa ser respeitada especialmente neste dia. Em segundo lugar, que o pedágio de Santa Catarina, Deputado Arilson, temos 14 anos de concessão em Santa Catarina, Arteris Litoral Sul, 350 quilômetros, sabem quantos quilômetros de duplicação

foram feitos em Santa Catarina em 14 anos? Zero! Zero! A empresa está entregando, quer dizer, era para entregar o contorno de Florianópolis, que deveria ter saído há dez anos e ainda não entregou. É um modelo interessante para estradas já duplicadas? Com certeza. Agora não para duplicação de estradas futuras, o ideal talvez seria um meio termo. Nesse sentido. Esse Projeto que estamos votando agora é um Projeto sobre a Compagas. Estava suspenso por bastante tempo, desde o ano passado, nosso pedido ao Governo que gentilmente tinha suspendido esse Projeto, porque é um Projeto que interessa muitas empresas e muitas pessoas no Estado do Paraná que dependem dessas empresas, especialmente, Deputado Tadeu, o ramo de cerâmica, especialmente ali na região de Campo Largo que gasta muito gás natural. É claro que também interessa às pessoas que consomem gás natural em suas casas. Embora o gás não chegue para o Estado todo, ele está limitado no Paraná à Região Metropolitana de Curitiba porque o gasoduto não chega ao Norte do Paraná, por exemplo. O que está em jogo? A Compagas é a empresa que tem o contrato de distribuição do gás natural no Paraná, em regime de monopólio. E esse contrato vai até 2024. Só a Compagas que pode entregar o gás natural, aquele gás que vem por gasoduto no nosso Estado. O que está se pretendendo neste ano de 2022? Está se pretendendo antecipar a renovação contratual, Deputado Evandro. O Governo quer antecipar a renovação do contrato com a Compagas para que não haja licitação, basicamente, a empresa vai ter direito a operar o sistema por mais 30 anos e em seguida o Governo já anunciou que vai privatizar a participação que tem na Compagas. Hoje a Compagas é 51% da Copel, portanto controlada pelo Governo do Estado e os outros 49% estão distribuídos entre a Mitsui e o Grupo Cosan. É um assunto muito interessante, Deputado Marcel, nosso Líder, é um assunto muito importante para o Estado porque tem muita coisa sendo discutida. Qual é o problema hoje do gás natural no Paraná? Primeiro: é um preço muito alto. O gás natural hoje praticado no Paraná tem o maior preço de todo o Brasil e isso é admitido pela própria empresa. Segundo lugar: a Compagas, assim como a Copel e isso foi objeto de fala ontem, foi condenada, desculpa, já recebeu da União aquilo que pagou indevidamente na base de cálculo do PIS e do

Cofins. Foi aquela tese do século julgada pelo STF, o PIS e o Cofins estavam sendo cobrados colocando dentro da base de cálculo o ICMS. O Governo Federal em vez de receber X, recebia X mais 20, X mais 30, Deputado Nelson, porque a base de cálculo era maior. O STF mandou devolver. Essas empresas: Copel, Compagas, já receberam a devolução. O que elas precisam fazer agora? Devolver para quem no final das contas pagou essa conta, que é o consumidor. E não estão fazendo pelo menos no ritmo adequado. A Compagas não devolveu um real sequer, a Copel está fazendo isso ao longo dos meses, mas não sabemos exatamente se a conta fecha. Bom, a Compagas ainda não devolveu, existe mais de cem milhões de reais de estimativa para devolver para os consumidores. Outro problema do custo alto da tarifa: o ICMS praticado sobre o gás natural no Paraná é de 18%, quando em outros Estados, como Santa Catarina e Rio Grande do Sul, é de 12%. Outro problema: no momento da renovação, o critério que está sendo definido pelo Governo do Estado para renovar com a Compagas é o pagamento de uma outorga. Uma outorga alta, altíssima, interessante para o Estado certamente, cerca de R\$ 500 milhões, se não estou enganado. Muito interessante para o Estado porque o Estado vai utilizar esse dinheiro para fazer obra, fazer investimento no Paraná. Ao mesmo tempo, essa outorga será remunerada na tarifa depois. Então, a empresa ela paga uma outorga de R\$ 500 milhões, não tem concorrência porque ela renova o contrato sem licitação e depois joga esses R\$ 500 milhões na tarifa, fazendo a tarifa subir. Bom, todos esses pontos foram discutidos exaustivamente com o setor produtivo e o Governo do Estado. E o Governo do Estado fez ótimas propostas para o setor produtivo. Em primeiro lugar, em curto prazo, prometeu que havia 30% de redução no custo de distribuição do produto; prometeu que havia a criação de uma faixa de preço mais baixo para empresas que já estão no Paraná e queiram ampliar seus investimentos no Estado; prometeu que no final deste ano o ICMS cairia de 18 para 12% também; em longo prazo prometeu que a tarifa cairia muito porque a TIR seria significativamente mais baixa e também prometeu devolver o ICMS que foi cobrado na base de cálculo do PIS e Cofins. Qual é o problema dessas promessas? É que elas ficaram na promessa. Isso foi feito no final do ano

passado. Estamos em maio e até agora não tem um compromisso efetivo de que isso vai acontecer. E é por isso que essa votação estava suspensa e hoje até fui surpreendido com a volta dela à votação. O Governo diz que tem pressa, tudo bem, mas acredito que o Governo poderia ter tido um compromisso formal de levar à frente aquelas promessas que fez lá no final do ano passado. Conversei com o Líder, o Líder é uma pessoa de que gosto, ele tentou conversar com a Casa Civil, a Casa Civil diz que, infelizmente, não pode tirar de pauta o Projeto hoje, mas se isso não é possível, gostaria pelo menos que aprovássemos duas emendas que apresentei ao Projeto. A primeira delas é que indica que a revisão tarifária, ao contrário do que está previsto em um Projeto original, não vai acontecer só em 2024. Essa revisão tarifária é importante, porque ela vai fazer com que os preços praticados pela Compagas baixem a valores de mercado desde logo. Estamos praticando preços do contrato de concessão de 20, 30 anos atrás, com uma TIR muito alta, e já está totalmente fora da realidade do mercado. Pelo Projeto original, vocês podem ler, essa revisão tarifária vai acontecer só em 2024 e a emenda diz que não, ela acontece no prazo de seis meses a partir da renovação do contrato de concessão. Então, se o contrato for renovado agora, o Governo terá seis meses para apresentar uma conta nova e reduzir a conta do gás no Estado do Paraná. É um tempo razoável, inclusive, seis meses para chegar a essa conta. E a segunda emenda é uma emenda que altera o art. 14 da Lei Complementar do gás aqui no Estado, que diz que haverá reduções tarifárias periódicas no custo da tarifa do gás, mas o texto de hoje diz que hoje é uma faculdade de o Estado fazer essa revisão tarifária. Pela nossa emenda, deve haver a redução tarifária a cada cinco anos, se não estou enganado, necessariamente. Assim como vai acontecer no pedágio, as partes vão sentar e vão chegar a uma nova fórmula tarifária. Não vai ficar indefinidamente com um preço fixado, em determinado momento, para o resto do contrato todo, o que impede em casos de benefícios, por exemplo, que o usuário tenha vantagens. Então, peço respeitosamente o voto favorável às duas emendas que apresentei. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Vamos à votação, Sr.<sup>s</sup> Deputados. Votando. Como indicam o voto os Líderes? Ao Projeto, ressalvadas as emendas.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Pedimos, pela Liderança do Governo, voto “sim” ao Projeto, ressalvadas as emendas.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “sim”, Presidente.

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** Votarei “sim” em tudo, no Projeto e nas emendas.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Registro a presença dos representantes da Santa Casa de Misericórdia do município de Bandeirantes: Diretor Administrativo Elton Lordani; provedor Zu Castanho; Diretora-Geral Lindinha, por solicitação do Deputado Romanelli.

**DEPUTADO GUTO SILVA (PP):** Deputado, só uma questão. Nosso Líder Marcel, estamos votando o Projeto? É isso? É voto “sim” para o Projeto?

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Isso, o Projeto. A Liderança do Governo pede voto “sim”.

**DEPUTADO GUTO SILVA (PP):** Muito bem.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** É o Projeto, ressalvadas as emendas.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Depois, as emendas é outro...

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Percebo aqui... Não vou chamá-los porque não os vejo presentes, os Deputados que ainda não votaram. Então, vou encerrar a votação. Votação encerrada: *[Votaram Sim: Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta*

*Junior, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Reichenbach, Requião Filho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (38 Deputados); Não Votaram: Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Jonas Guimarães, Michele Caputo, Plauto Miró, Professor Lemos, Ricardo Arruda e Rodrigo Estacho (16 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei Complementar n.º 10/2021.*

Agora, vamos submeter ao voto as emendas. Em discussão as emendas. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Presidente, com todo o respeito que tenho pelo Deputado Homero, fiz aqui com ele um trabalho de tentar conversar com o próprio Governo e o Governo acha que as emendas atrapalham o Projeto que temos aqui. Então, queria pedir a todos os nossos Deputados da Base para rejeitar. Voto “não”. A emenda do Deputado Homero prejudica o Projeto que estamos votando. Voto “não” às emendas.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vai votar “sim” com o Deputado Homero, por entender que a emenda é boa para o Projeto.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Vamos à votação, Sr.<sup>s</sup> Deputados.

**DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD):** Bancada PSD/MDB, voto “não”.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Peço novamente para a Base: é importante rejeitar. As emendas do Deputado Homero prejudicam o Projeto. Voto “não”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Pendente o voto, Deputado Bazana. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Arilson Chiorato, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Requião Filho, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (14 Deputados); **Votaram Não:** Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Bazana, Douglas Fabrício, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Reichembach, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Tiago Amaral (23 Deputados); **Abstenção:** Tião Medeiros (1 Deputado); **Não Votaram:** Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Jonas Guimarães, Michele Caputo, Plauto Miró, Professor Lemos, Ricardo Arruda e Rodrigo Estacho (16 Deputados).] Com 14 votos favoráveis, 23 votos contrários e 1 abstenção, estão rejeitadas as Emendas.

**ITEM 5** – 2.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 73/2017, de autoria do Deputado Gilberto Ribeiro, que institui a Semana do Consumidor Paranaense e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Defesa do Consumidor. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “sim”.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Marcel, o seu voto. Deputado Marcio Nunes, o seu voto. Deputado Marcio Nunes, por favor, o seu voto.

**DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD):** Voto “sim”, Sr. Presidente.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Senhor Presidente, só...

**DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD):** Meu voto é “sim”, Deputado Marcio Nunes.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Só peço licença aqui ao Plenário e também à Mesa. Vou voltar para reunião que estamos tendo lá com o Ministério Público, Defensoria Pública e também com a SUDS para que possamos acompanhar os depoimentos que estão sendo feitos pelos moradores da Aproserra.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Ok.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Ok. Obrigado!

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Estou percebendo que o quórum está...

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Só para informar, o Deputado Arilson me pergunta aqui e aos outros Deputados, está sendo aqui na sala da CCJ, na Sala das Comissões. Estamos em torno de 50 pessoas lá.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Ok.

**DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP):** *Pela ordem*, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** *Pela ordem*, Deputado Amaro.

**DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP):** Enquanto o nosso pessoal está fazendo a votação, fiz um requerimento aqui, Sr. Presidente, de n.º 2.358,

requerendo à Mesa Executiva que tenhamos aqui na Casa, acho que temos um lugarzinho aqui específico, para colocarmos um tatame para termos aí um tempinho aí para o pessoal, não só para os Deputados, mas para todos que fazem parte aqui da Assembleia Legislativa que queiram fazer um treino, tirar uma horinha. O senhor já viu que nas grandes empresas eles sempre têm uma academia, alguma coisa para pessoa desestressar, para ter um tempo, e acho que seria muito viável, não é? Temos alguns amigos professores e isso não vai onerar em nada a Casa, a Assembleia Legislativa. Isso serve também para o pessoal dos nossos gabinetes. Já falei aqui com o Galo que está à disposição, Coronel Lee, o Adriano, e alguns outros Deputados aqui que gostariam de fazer um treino aí em um determinado horário. Pode ser após o horário aí para nós. Acho que seria muito legal. O Arilson também parece que concordou, que o Arilson também gosta, o Marcel. E aí se alguém quiser tirar as diferenças depois, fechamos lá e deixamos, não é, a coisa acontecer. Está bom, Presidente?

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Achei que esse...

**DEPUTADO GOURA (PDT):** Senhor Presidente, posso... Deputado Goura. Só complementando. Posso dar aula de yoga também, que o yoga pode acalmar, trazer um pouco também de pacificação aqui.

**DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP):** Excelente.

**DEPUTADO GOURA (PDT):** Apoiando a iniciativa de V.Ex.<sup>a</sup>.

**DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS):** Tenho curso de tiro. Também posso colaborar aí.

**DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP):** Não, não é estande. Aqui não pode estande.

**DEPUTADO GALO (PP):** Não é estande, Deputado.

**DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP):** É válido, Goura, acho muito importante, muito importante.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Vamos... Depois discutimos o requerimento, Deputado Amaro. Achei que a sugestão era para fazer um teste em alguns Parlamentares aqui, mas vamos apreciar. Votação encerrada:

**[Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Reichembach, Requião Filho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (38 Deputados); **Não Votaram:** Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Jonas Guimarães, Marcio Nunes, Michele Caputo, Plauto Miró, Professor Lemos, Ricardo Arruda e Rodrigo Estacho (16 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 73/2017.**

**ITEM 6** – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 264/2021, de autoria dos Deputados Mabel Canto, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Luciana Rafagnin, Boca Aberta Junior, Goura, Luiz Claudio Romanelli e Michele Caputo, que institui a Semana de Conscientização sobre o Ciclo Menstrual, a ser realizada anualmente na semana que compreender o dia 28 de maio. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Regime de urgência. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição encaminha voto “sim”, Presidente.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** O Governo também pede voto “sim”, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Votação encerrada, Sr.<sup>s</sup> Deputados: **[Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Paulo Litro, Reichenbach, Requião Filho, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (34 Deputados); **Não Votaram:** Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Jonas Guimarães, Marcio Nunes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (20 Deputados).] Com 34 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 264/2021. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável do Deputado Soldado Fruet.)**

**DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS):** Senhor Presidente, *pela ordem*. Só registre o meu voto “sim”, por favor. Não consegui registrar aqui. Soldado Fruet, registrar o meu voto.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Ok. Vamos registrar em Ata, Deputado.

**DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS):** Obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Os Itens 7 e 8 faremos votação agrupada, por se tratarem de matérias correlatas. Projetos dos Deputados Douglas e Luiz Claudio Romanelli que concedem título de utilidade pública.

**ITEM 7** – 2.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 93/2022, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Moradores dos Cinco Conjuntos, com sede no município de Mandaguari. Parecer favorável da CCJ.

**ITEM 8** – 2.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 122/2022, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Vida Nova, com sede no município de Cornélio Procópio. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede o voto “sim”.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “sim”, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Olha, temos dois Projetos de interesse do Governo que são urgentes, que é votação de crédito suplementar. Os Deputados estão saindo! Tenho que fazer um apelo para que fiquem em Plenário.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Faço um apelo a todos os Deputados da Base que fiquem no Plenário, para que possamos votar agora o Item 9. Não é isso, Presidente? Nove e dez.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Nove e dez.

**DEPUTADO FRANCISCO BÜHRER (PSD):** Tem Deputado que acabou de deixar o Plenário, agora!

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Exatamente. Olha, estou com apenas 24 votos até o presente momento, com isso vai cair a Sessão.

**DEPUTADO FRANCISCO BÜHRER (PSD):** Não vai dar quórum. Vamos pedir, Sr. Presidente, que aqueles estão nos corredores e estão nos ouvindo retornem, não é!

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Deputados da Base, faço um apelo para que voltem ao Plenário para votarmos aqui os Projetos.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Estou encerrando a votação. Deputado Galo? Vou considerar o seu voto como voto “sim”. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Coronel Lee, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Reichembach, Requião Filho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (30 Deputados); Não Votaram: Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Galo, Goura, Jonas Guimarães, Luiz Fernando Guerra, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Plauto Miró, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho e Tadeu Veneri (24 Deputados).]** Com 30 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos. Trinta e um votos, com o voto do Deputado Galo.** Está encerrada a votação.

**ITEM 9 – 2.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.<sup>º</sup> 190/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.<sup>º</sup> 33/2022, que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Orçamento. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?**

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede o voto “sim”, Presidente.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “sim”, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Alguém deixou de votar, por favor! Votação... Deputado Evandro, seu voto. Ok. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Coronel Lee, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Reichembach, Requião Filho, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (30 Deputados); **Abstenção:** Soldado Fruet (1 Deputado); **Não Votaram:** Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Jonas Guimarães, Luiz Fernando Guerra, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Plauto Miró, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho e Tadeu Veneri (23 Deputados).] Com 30 votos favoráveis e 1 voto abstenção, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 190/2022.**

**ITEM 10 –** 2.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.º 191/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 34/2022, que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Orçamento. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede o voto “sim”.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “sim”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Senhores Deputados, faço um apelo para que permaneçam alguns instantes ainda, senão vamos ter dificuldades no último Projeto e temos requerimentos de dispensa de Redação

Final de Projetos que aprovam crédito. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Coronel Lee, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Francisco Bührer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Nereu Moura, Paulo Litro, Reichembach, Requião Filho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (31 Deputados); Não Votaram: Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Jonas Guimarães, Luiz Fernando Guerra, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Plauto Miró, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho e Tadeu Veneri (23 Deputados).]* Com 31 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 191/2022. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável do Deputado Nelson Luersen.)**

**ITEM 11** – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 126/2022, de autoria do Deputado Paulo Litro, que concede o Título de Utilidade Pública ao Clube BBC de Ciclismo, com sede no município de Dois Vizinhos. Parecer favorável da CCJ.

**DEPUTADO NELSON LUERSEN (UNIÃO):** Senhor Presidente, *pela ordem.*

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** *Pela ordem,* Deputado.

**DEPUTADO NELSON LUERSEN (UNIÃO):** Só registrar o meu voto “sim”. Não consegui votar.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Ok. Devidamente registrado. Vamos então à votação do Item 11. Em discussão. Em votação. Votando.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança pede o voto “sim”, Presidente.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição pede o voto “sim”. Presidente, quero fazer o registro que a Oposição se encontra toda presente e está votando favorável aos Projetos do Governo. Se não votássemos, cairia o quórum. É sinal da nossa responsabilidade com os Projetos.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Bom registro, Deputado.

**DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS):** Inclusive eu, hein!

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Senhores Deputados, vamos votar. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Reichembach, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (29 Deputados); **Não Votaram:** Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho e Tadeu Veneri (25 Deputados).] Com 29 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 126/2022.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

**REQUERIMENTOS.**

Com sua discussão adiada, requerimentos da Deputada Mabel e do Deputado Goura: **Requerimento n.º 1439/2022**, da Deputada Mabel Canto, adiado de Sessão anterior, solicitando informações ao Secretário de Estado da Saúde, acerca da mudança da finalidade da Unidade Básica de Saúde Sady Macedo Silveira, no município de Ponta Grossa; e **Requerimento n.º 1442/2022**, do Deputado Goura, adido de Sessão anterior, solicitando o envio de informações ao Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega, acerca de publicidade em pedágios desativados.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Enviar como expediente, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Conforme acordo do Líder do Governo com os autores, serão encaminhados como envio de expediente.

**Requerimento n.º 1467/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando o envio de convite ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná, Sr. Gilberto Giacoia, para que esclareça sobre as ações adotadas até aqui pelo Ministério Público para apurar as irregularidades confessadas por representantes ou prepostos da Televisão Icaraí Ltda. em acordo de leniência firmado com o Ministério Público e o Ministério Público Federal em agosto de 2020. Como expediente, Deputado?

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Para discutir.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Para discutir. Adia-se na forma regimental.

**DEPUTADO GOURA (PDT):** Senhor Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Goura.

**DEPUTADO GOURA (PDT):** Brevemente, *pela ordem*. Estou hoje acompanhado aqui pela minha filha mais nova, a Tulasi Ananda, que está me ajudando nas

votações. Ela queria que registrasse aqui uma ideia que ela teve de um Projeto de Lei, que haja anualmente uma pedalada da araucária, saindo de Curitiba até Quatro Barras e voltando, e cada pessoa plantar uma araucária lá no município. Então, ideia da Tulasi aqui.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Boa ideia! Vamos analisar.

**Requerimento n.º 1468/2022**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando dispensa de votação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 122/2022, da Ordem do Dia, por ter sido aprovado sem emendas no curso de sua tramitação; e **Requerimento n.º 1470/2022**, do Deputado Marcel Micheletto, solicitando dispensa de votação da Redação Final aos Projetos de Lei n.ºs 190/2022 e 191/2022, da Ordem do Dia. Deputados que aprovam permaneçam como estão.

**Aprovados os Requerimentos.** (Requerimentos encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.)

**Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.**

**Requerimento n.º 1460/2022**, da Deputada Mabel Canto, solicitando envio de expediente ao Governador do Estado, requerendo alterações no Plano de Manejo do Parque Estadual de Vila Velha; **Requerimento n.º 1461/2022**, da Deputada Mabel Canto, solicitando envio de expediente ao Governador do Estado requerendo maior celeridade no processo de regularização fundiária das propriedades privadas abrangidas pelo Parque Nacional dos Campos Gerais e dá outras providências; **Requerimento n.º 1462/2022**, da Deputada Mabel Canto, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, requerendo apoio financeiro para acadêmicos do curso de odontologia; **Requerimentos n.ºs 1463 e 1464/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Darcy Gonçalves de Deus; e Wilson Wagnitz; **Requerimento n.º 1465/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando envio de expediente ao Secretário da Educação e do Esporte do Paraná, Sr. Renato

Feder, conforme específica; **Requerimento n.º 1466/2022**, dos Deputados Tercílio Turini, Luiz Cláudio Romanelli, Cobra Repórter, Boca Aberta Junior e Tiago Amaral, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar – Emater, pelo cinquentenário da Pesquisa Agropecuária no Paraná; **Requerimento n.º 1469/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando envio de expediente para a Agência Nacional de Transportes Terrestres, requerendo reunião em Curitiba, para tratar da concessão das rodovias no Paraná; **Requerimento n.º 1471/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando envio de expediente ao Superintendente no Paraná da Polícia Rodoviária Federal Infraestrutura de Transportes, Sr. Antônio Paim de Abreu Junior, requerendo a realização de reunião em Curitiba, para tratar da concessão das rodovias no Paraná; **Requerimento n.º 1472/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando ao Superintendente Regional no Paraná do DNIT/PR, Sr. Hélio Gomes da Silva Junior, a realização de reunião em Curitiba, para tratar da concessão das rodovias no Paraná; **Requerimentos n.ºs 1473, 1474 e 1475/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando os registros e envio de menção honrosa: ao casal Pastor Isaías Cardoso dos Santos e Irmã Edileuza de Lima dos Santos; ao casal Pastor Samoel Rodrigues da Silva e Irmã Alessandra Leal Fiorini Rodrigues; e ao Pastor Edvaldo de Mello.

#### **Justificativas de ausência.**

**Deferido conforme o art. 97, § 3.º, III do Regimento Interno** (em decorrência de audiência ou evento com o Ministro do Estado): **Requerimento n.º 1476/2022**, do Deputado Homero Marchese, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 11 de maio de 2022.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB):** Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para segunda-feira, dia 23 de maio de 2022, à hora e regimental, com a seguinte **Ordem do Dia**: Redação Final do Projeto de Lei Complementar n.º 10/2021 e dos Projetos de Lei n.ºs 73/2017, 115/2021, 264/2021, 351/2021, 609/2021, 627/2021

e 93/2022; 2.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.<sup>º</sup> 126/2022; e 1.<sup>a</sup> Discussão dos Projetos de Lei n.<sup>º</sup>s 738/2021, 134/2022 e 138/2022.

**“LEVANTA-SE A SESSÃO.”**

(Sessão encerrada às 12h04, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.<sup>º</sup> 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)